

DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DO CRESCIMENTO ECONÓMICO — UMA «BOLHA ECONÓMICA» EM MOÇAMBIQUE?

Carlos Nuno Castel-Branco

INTRODUÇÃO

Desde o fim da guerra de desestabilização, 1976-1992, o desempenho da economia de Moçambique tem sido considerado notável pelas instituições de Bretton Woods¹ e pela comunidade de países doadores de ajuda externa ao desenvolvimento. Mais recentemente, organizações de Bretton Woods e instituições financeiras internacionais elogiaram o desempenho económico de Moçambique no período da crise económica internacional, tendo-o considerado robusto e capaz de contornar e evitar os principais efeitos da crise (FMI, 2007, 2008, 2013; Banco Mundial, 1996, 2014).

A avaliação optimista da economia de Moçambique baseia-se em quatro factores. Primeiro, a taxa média de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), durante as últimas duas décadas, foi superior a 7%, quase o dobro da média para a África Subsariana no mesmo período, tendo o tamanho do PIB triplicado. Portanto, a economia, medida pelo PIB, cresceu a taxas relativamente elevadas e durante um período longo, recuperando da crise dos anos 1980, em que o PIB havia decrescido em quase 45% entre 1982 e 1987. Adicionalmente, a taxa de crescimento da economia acelerou no período da crise económica internacional, aproximando-se dos 8% ao ano. Segundo, a taxa de inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), diminuiu, em vinte anos, de mais de 50% ao ano para menos de 8%, tendo permanecido em torno de 7% ao ano na última década, apesar do rápido crescimento (em finais dos anos 1980, a taxa de inflação chegou a ultrapassar os 160% ao ano). Terceiro, os influxos de investimento directo estrangeiro (IDE) aumentaram de próximo de zero na primeira metade dos anos 1990 para cerca de cinco biliões de dólares americanos (USD)² em 2013, e Moçambique tornou-se um dos três principais destinos de IDE no continente africano. Nos últimos cinco anos, tanto o IDE como os empréstimos externos comerciais excederam os influxos de ajuda externa

¹ Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

² Neste artigo é adoptada a definição «um bilião = mil milhões»; «um trilhão = mil biliões».

ao desenvolvimento, revertendo as tendências do último quarto de século em Moçambique. Quarto, a pobreza, medida pela percentagem da população que vive abaixo da linha de pobreza, diminuiu de 69%, em 1996, para cerca de 54%, em 2003. No entanto, a estagnação dos índices de pobreza e o aumento do número total de pobres em dois milhões, entre 2004 e 2010,³ desencadearam o debate sobre o impacto social e as dúvidas sobre a abrangência, ou grau de inclusão, do crescimento económico em Moçambique. A estagnação dos níveis de pobreza tornou-se um dos aparentes mistérios ou paradoxos da economia moçambicana devido a quatro outros factores, a saber: os níveis de pobreza continuaram demasiado altos (acima dos 54%) para poder justificar-se a estagnação com recurso ao argumento de retornos decrescentes à medida da diminuição da pobreza; a taxa de crescimento real da economia acelerou neste período; a taxa de inflação média diminuiu; e o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade na distribuição do rendimento nominal, apesar de elevado, 0,42, permaneceu estável. Apesar da chamada de atenção sobre o índice da pobreza, a análise das instituições financeiras internacionais sobre o desempenho económico no País continuou a ser predominantemente favorável e optimista. A crítica ao modelo moçambicano de crescimento económico continuou a ser interpretada, nos círculos oficiais e do capital financeiro internacional, nos termos do confronto entre optimistas, que vêem «o copo meio cheio», e pessimistas, que o vêem «meio vazio».

No último quinquénio, 2009-2014, a crise económica internacional e o meteórico crescimento da dívida pública comercial moçambicana, interna e externa, geraram uma análise mais cínica, entre as instituições financeiras internacionais, das dinâmicas económicas nacionais. Em 2014, o Standard & Poor's Rating Service reduziu o *rating* do crédito soberano de longo prazo de Moçambique de B+ para B, devido ao risco representado pelo rápido crescimento da dívida pública, garantida pela expectativa de influxos futuros de recursos associados com as receitas de hidrocarbonetos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) começou a alertar para o perigo da dívida, para a incerteza associada aos mercados futuros de *commodities*, em especial de hidrocarbonetos, para a má qualidade da análise económica e da planificação da despesa pública, e para a sistemática falta de transparência na tomada de decisões de investimento público (FMI, 2013; Melina & Xiong, 2013; Rame *et al.*, 2015), ao mesmo tempo que o então ministro das Finanças, Manuel Chang, declarava que a dívida pública continuava dentro dos limites de sustentabilidade fiscal aceites internacionalmente (Chang, 2014). De todo o modo, o debate permaneceu dúbio e paradoxal, com elogios e críticas dentro de um paradigma de discussão dominado pelo exercício político de tentar equilibrar a análise entre as partes vazia e cheia do copo, e de enfatizar quão interessante, para o capital financeiro internacional, a economia de Moçambique continua a ser.

Por várias razões, este tipo de análise da economia de Moçambique é problemático. Por um lado, requer diferentes histórias e narrativas, frequentemente em conflito entre si, para explicar

³ As avaliações periódicas dos níveis de pobreza são realizadas por intermédio dos inquéritos aos agregados/orçamentos familiares, o mais recente dos quais refere-se a 2009/2010 (DNEAP, 2010).

os diferentes paradoxos aparentes da economia de Moçambique, dado que crescimento, pobreza e dívida não parecem organicamente relacionados em nenhuma forma sistemática e óbvia. Por outro lado, foca a crítica no que falta – alguma coisa está em falta, pelo que crescimento económico não é redutor da pobreza – em vez do que existe. Em termos da metáfora do copo, o foco fica em qual das metades enfatizar, a cheia ou a vazia, sem perceber o que enche o copo e como se relacionam as suas duas partes. Portanto, a questão fica reduzida ao que acrescentar ao que existe para cobrir as faltar, o que, em economia, pode ser problemático, sobretudo se houver um conflito entre as partes. Finalmente, este tipo de análise pode conduzir a conclusões erróneas, como, por exemplo, ao corte indiscriminado da despesa pública para reduzir a dívida, em vez da reorientação da despesa e dos recursos disponíveis, incluindo dívida, para investimento com solidez financeira, económica e social, para uma base mais alargada de desenvolvimento. O corte indiscriminado de despesa pública pode não só impedir a correcção do problema estrutural como até agravá-lo. Aliás, no seu discurso inaugural como novo Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi enfatizou a necessidade de eliminar o despesismo no Estado, sem concretamente se referir a nenhum aspecto em particular ou ao processo político de decisão. É claro que o aumento rápido da dívida pública começa a tornar-se um factor de pressão política, interna e externa. Mas será o «despesismo» o problema central? Onde é que se localiza o despesismo no contexto da política pública? Na segurança social, financiamento do transporte público seguro e digno e de serviços de educação e saúde de qualidade, na promoção da pequena e média empresa e da produção de alimentos baratos para o mercado interno, ou na ponte da Catembe, na garantia da dívida da EMATUM, na compra das acções da HCB e outros projectos desta natureza que não beneficiaram de avaliação de qualidade nem tiveram impacto positivo na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos? Como alterar o padrão de despesa se cada decisão reflectir e implicar opções políticas sobre apropriação, distribuição e utilização do rendimento? Como é que o despesismo pode ser entendido no quadro das opções de política pública relacionadas com o modelo historicamente específico de formação das classes capitalistas nacionais e das lutas e tensões sociais e políticas dele derivadas?

Este artigo propõe-se olhar para o desempenho e para as dinâmicas da economia de Moçambique e para os seus aparentes paradoxos com uma única narrativa que una os diferentes contos, da aceleração do crescimento económico ao aumento da ineficácia na redução da pobreza e meteórico crescimento da dívida pública. O artigo foca-se num aspecto dessa narrativa unitária, nomeadamente no carácter especulativo do sistema social de acumulação em Moçambique, a que se chama a «bolha económica». O artigo começa por explicar o conceito de bolha económica, e como é aplicado no caso de Moçambique, para a seguir mostrar como a bolha económica emerge do padrão de acumulação extractivo e acelera a expansão do PIB, mas, para além de ser ineficaz a reduzir pobreza, é insustentável como modelo de desenvolvimento. Na parte final, o artigo identifica desafios específicos de transformação da economia nacional.

BOLHA ECONÓMICA

O conceito de bolha económica foi desenvolvido para analisar e descrever um padrão de crescimento económico sustentado por especulação financiada por dívida e por um sistema fiscal que premeia especuladores (Hartcher, 2005; Egan & Soos, 2014). A prazo, e dependendo do grau de especulação e da dimensão atingida pela bolha, este tipo de dinâmica de acumulação especulativa é insustentável e resulta em crise. Quando a credibilidade do sistema financeiro é afectada, os preços especulativos das propriedades caem, o Estado intervém para salvar especuladores e fá-lo à custa de cortes na procura interna que provocam desemprego, desinvestimento produtivo, austeridade social (com cortes severos na educação, na saúde, na habitação, na protecção social e transportes públicos, com o aumento dos impostos sobre o consumo, acompanhado por redução dos impostos sobre os lucros das grandes corporações e do sistema financeiro, etc.). A economia torna-se semelhante a uma bolha (de sabão, por exemplo), que dentro de si tem pouco mais que ar, que se expande rapidamente à medida que mais ar for bombado para dentro de si, mas cujas paredes se vão tornando mais finas e menos capazes de sustentar a pressão expansiva do ar. Para todos os efeitos, a bolha é efémera, independentemente de ser grande ou pequena ou de se replicar em ciclos periódicos ou aleatórios. Se a resposta à crise da bolha for a austeridade social indiscriminada, a bolha implode e depois explode em convulsão social. Se a resposta for a contínua expansão especulativa, para manter altas as expectativas e continuar a mobilizar capital especulativo e dívida, a bolha explode.

Quando a bolha implode ou explode, e, a prazo, todas implodem ou explodem, só ficam a dívida, o desemprego, a falência da pequena e média empresa, a deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores e a concentração e a centralização ainda maiores do capital, geralmente com novas aplicações improdutivas. As bolhas económicas são, portanto, o resultado de construções económicas assentes numa aliança entre o Estado e o capital especulativo (financeiro e imobiliário e/ou ligado a recursos naturais), que favorece a rápida expansão do capital privado com base num sistema de porosidade social da economia, que drena o excedente, por via especulativa (políticas fiscais e de despesa pública pró-especulação, crescimento acelerado da dívida pública e mercantilização dos serviços públicos), da economia real para o capital oligárquico especulativo, à custa da expropriação dos trabalhadores e do Estado.

Em que sentido é que o conceito de bolha económica pode ser aplicado a Moçambique? Se a expansão económica em Moçambique for uma bolha, isto é, rápida mas sem sustentação real, e vulnerável a ponto de poder implodir ou explodir a qualquer momento, então o padrão dessa expansão económica deve estar significativamente relacionado com endividamento, especulação, perda de capacidade produtiva (ou seu afunilamento), e inconsistência entre a direcção da expansão económica e do emprego.

BOLHA ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE?

Na secção anterior, a bolha económica foi definida como um padrão de crescimento económico sustentado por especulação financiada, por dívida e por um sistema fiscal favorável a especuladores. Esta secção argumenta que o padrão de crescimento da economia moçambicana tem semelhanças com a expansão de uma bolha económica, pelas seguintes razões: o afunilamento da base produtiva e das oportunidades de emprego, o enfraquecimento de ligações económicas, a especulação com recursos naturais e investimento e a porosidade económica, incluindo o crescimento meteórico da dívida pública interna e externa, como mecanismo de expropriação do Estado, mercantilização das áreas sociais e promoção da acumulação privada de capital. A bolha económica é apenas um sintoma ou uma manifestação da natureza extractiva mais geral da economia moçambicana. Esta secção discutirá a possibilidade de a economia de Moçambique estar a expandir com características de bolha económica, começando por apresentar o argumento, seguido de uma discussão da evidência que o sustenta.

ARGUMENTO SOBRE INDÍCIOS DE UMA BOLHA ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE

Há indícios de bolha económica em Moçambique, isto é, de rápida expansão (insustentável) da economia com base em dívida e especulação, derivadas das estruturas, estímulos e inventivos da economia extractiva e da porosidade económica. Quais são estes indícios?

Embora a economia de Moçambique se tenha expandido rapidamente e se tenha tornado numa das três mais atractivas para fluxos externos de capital privado na África Subsariana, a uma eficácia na redução da pobreza diminuiu significativamente e o endividamento público tornou-se uma das suas mais importantes dinâmicas de crescimento e de crise.

Cerca de três quartos da taxa de crescimento do PIB e das exportações são determinados por uma dezena de grandes empresas intensivas em capital, focadas no complexo mineral-energético, e cujo capital é atraído pelas expectativas de acesso a recursos energéticos e minerais estratégicos, num contexto de competição oligopolista entre multinacionais, e de porosidade económica promovida pelo Estado para favorecer a aliança entre o capital financeiro doméstico emergente e as multinacionais.

As expectativas de fluxos de rendimentos futuros provenientes dos recursos energéticos e minerais estratégicos funcionam como garantia para o meteórico endividamento público (nos últimos dez anos, a dívida pública externa cresceu a uma taxa média anual 20% mais alta do que a do PIB, e a dívida pública interna cresceu a uma taxa média anual quatro vezes mais alta do que a do PIB). A «base material» da garantia deste processo de endividamento são expectativas – as quais anualmente são ajustadas para pior, tanto em termos temporais (quando é que os rendimentos começam a fluir) como em termos do valor dos rendimentos líquidos de facto disponíveis, depois de pagos os custos para que estas indústrias funcionem.

O endividamento público provém de quatro factores associados: (i) os subsídios fiscais, maioritariamente redundantes, aos grandes projectos, que se mantêm mesmo nos poucos casos em que tais empreendimentos entram em funcionamento e se tornam largamente lucrativos (como, por exemplo, nos casos da Mozal, da Sasol e da Kenmare); (ii) as expropriações, a baixo custo, tanto dos camponeses (terra) como, e sobretudo, do Estado (terra, infra-estruturas públicas, activos em diferentes empresas, e endividamento público); (iii) as prioridades de investimento público (caras, pouco efectivas do ponto de vista social e orientadas para as multinacionais); e (iv) o papel do Estado como avalista de dívida privada.

As expectativas de fluxos de rendimentos futuros provenientes dos recursos energéticos e mineiros estratégicos funcionam como garantia para o meteórico endividamento. Ao mesmo tempo, a incerteza sobre estas expectativas cria dinâmicas especulativas de três tipos: (i) com os recursos materiais: multinacionais requerem e recebem concessões tão grandes que podem revender largas parcelas para se recapitalizarem e ainda manterem controlo sobre largas quantidades de recursos; (ii) sistema financeiro: o peso da dívida pública é tão grande que estrutura a operação do sistema financeiro em torno das oportunidades criadas pela gestão e especulação com a dívida pública; e (iii) oligarquias financeiras nacionais: que emergem do acesso a acções e outras operações financeiras com multinacionais, a baixo custo financeiro, por causa do «subsídio implícito» dado pela expropriação do Estado a favor do capital.

Portanto, até este ponto a narrativa sugere que a economia de Moçambique tem dinâmicas de expansão insustentáveis e especulativas financiadas por endividamento e porosidade económica, em torno das quais se estrutura o processo de acumulação primitiva de capital em que assenta a emergência do capitalismo financeiro nacional. Estas dinâmicas especulativas de acumulação estruturam-se em torno de uma economia afunilada e especializada em *commodities* e outros produtos primários, dependentes de mercados internacionais particularmente voláteis. Logo, a insustentabilidade e carácter especulativo da expansão económica são organicamente relacionados com a essência e o carácter do modo de acumulação social de capital.

A pressão sobre a agricultura familiar para absorção da força de trabalho de modo a garantir a sua reprodução social, disponibilidade e baixos salários (por exemplo, fornecendo alimentos a baixo custo) aumentou num contexto de acelerada expropriação da terra e água e redução de oportunidades de emprego capazes de financiar essa mesma agricultura familiar. Emprego rural, sobretudo em torno da produção de *commodities*, é predominantemente eventual, mal remunerado e em difíceis condições de trabalho e de vida para os trabalhadores. Desse modo, as dinâmicas de expansão da economia podem pôr em causa a capacidade de manter uma base de rentabilidade empresarial assente na reprodução de força de trabalho barata, brigando à crescente mecanização, agravamento da crise de emprego e destruição da base familiar de produção alimentar. Na configuração económica actual, as actividades mais intensivas em trabalho não lideram o crescimento e transformação da economia, e as actividades líderes são intensivas em capital e não em trabalho.

Além disso, a economia não está focada em produzir e fornecer os bens e serviços básicos para reduzir o custo de vida e aumentar o bem-estar dos trabalhadores. Logo, tal economia torna-se mais ineficaz a reduzir pobreza, mesmo que a taxa de crescimento acelere, e o crescimento económico fica mais dependente da demanda externa por *commodities*, o que o torna mais extractivo, afunilado e volátil.

Portanto, a aceleração do crescimento económico, o endividamento galopante e a ineficácia da economia em reduzir pobreza são dinâmicas interrelacionadas que cristalizam o carácter e essência do sistema social de acumulação capitalista em Moçambique.

Em conclusão, a narrativa sugere a forte possibilidade de existência de uma bolha económica em Moçambique, isto é, de rápida expansão (insustentável) da economia com base em dívida e especulação, derivadas das estruturas, estímulos e inventivos da economia extractiva e da porosidade económica. A bolha económica em expansão cria incentivos especulativos que dificultam a mudança de estruturas e estímulos económicos, contribuindo para a volatilidade do crescimento económico, para a reprodução da pobreza e da desigualdade, e para a possibilidade de crise económica profunda por efeito da implosão ou explosão da bolha. As secções seguintes visam apresentar evidência que possa sustentar esta narrativa.

EVIDÊNCIA DE BOLHA ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE?

A evidência tratada nesta secção tem duas componentes. A primeira é a informação estruturada em séries de longo prazo, comprovada e sólida, da qual se extrai a análise do sistema extractivo de acumulação em Moçambique (Castel-Branco, 2002a, 2002b, 2010). A segunda é a ligação destas estruturas económicas com informação sobre as dinâmicas financeiras e especulativas da última década, que coloca a questão da porosidade económica, em especial as dinâmicas de endividamento público, no centro da análise (Castel-Branco, 2014). O estudo desta ligação é ainda um projecto em desenvolvimento, pelo que a evidência ainda não é tão sólida, em parte porque o acesso a informação é muito mais difícil, e também porque vários dos processos reais em discussão são recentes. A derivação da possibilidade de a expansão económica em Moçambique poder ser uma bolha depende desta conjugação e desta ligação entre processos em diferentes fases de desenvolvimento e com diferentes graus de conhecimento e certeza. De todo o modo, as tendências mostram que a bolha económica é consistente com os desenvolvimentos da última década em Moçambique.

AFUNILAMENTO DA BASE PRODUTIVA, LIGAÇÕES E EMPREGO

Ao longo das duas décadas em análise, o PIB real de Moçambique quadruplicou, crescendo a uma taxa média anual de 7,2%, enquanto o PIB real *per capita* aumentou 2,6 vezes, a uma taxa média anual de 4,9%. Assim, apesar de o PIB se manter comparativamente pequeno e de a economia

continuar na faixa das de baixo rendimento,⁴ a sua taxa de crescimento foi não só comparativamente elevada (quatro vezes superior à média mundial, 50% superior à média da África a Sul do Sara e alinhada com a média das economias emergentes) como permaneceu alta por um longo período, resistindo a duas crises financeiras internacionais (DNEAP, 2009, 2010; GdM, 2010, 2011a). Não é surpreendente, portanto, que o primeiro ponto de referência sobre o desempenho económico de Moçambique seja a sua robusta taxa de crescimento.⁵

No entanto, neste período a *base produtiva afinilou*, tendo reduzido o número e a variedade de produtos, em particular os de substituição de importações, aumentado a concentração em torno de produtos primários, minerais, energéticos e florestais e diminuindo o potencial de articulação doméstica da produção. Entre 2005 e 2013, os sectores que cresceram a taxas mais altas do que a do PIB foram a indústria extractiva (21%), os transportes e comunicações (12%), os serviços financeiros (10%), a agricultura (8%) e a construção (8%). Electricidade e água, cruciais para a expansão económica, cresceram a uma taxa média anual inferior à do PIB (6%). Os cinco sectores com taxas de crescimento mais altas contribuíram com mais de 70% da taxa média anual do crescimento do PIB (BdM, 1995-2012; INE, 1995-2011). Portanto, o crescimento da economia tem-se focado no seu núcleo extractivo (complexo mineral-energético e *commodities* agrícolas), nas infra-estruturas e nos serviços que o suportam (transportes e comunicações, energia, serviços de engenharia, estradas, portos e caminhos-de-ferro, etc.) e no sistema financeiro que mobiliza os recursos com base nas expectativas criadas em torno das hipotéticas «promessas» do núcleo extractivo, geradas através de mercados futuros ou projecções, e os aplica no financiamento desse núcleo e áreas adjacentes e periféricas extractivo, à custa do resto da economia. Esta é a estrutura e dinâmica do sistema extractivo de acumulação. Desde o fim da guerra, a produção do sector agrícola cresceu a uma média anual de 6% (tendo acelerado para 8% a partir de 2005), com enfoque na produção de *commodities* para exportação (açúcar, algodão, tabaco, madeira e bananas). Entre 2002 e 2012, a produção *per capita* de culturas alimentares para o mercado doméstico diminuiu a uma média de 0,5% ao ano, e o rendimento por hectare, nestas culturas, decresceu a uma taxa média anual de -2,7% (DNEAP, 2010; GdM, 2010; BdM, 1995-2012). A produção alimentar para o mercado doméstico recebeu

⁴ Em 2012, o PIB de Moçambique estava estimado em 14,2 biliões USD, e o PIB *per capita* em 564 USD (World Bank, <http://data.worldbank.org/country/mozambique>, consultado a 22 de Abril de 2014). Comparativamente, o PIB de Moçambique era semelhante ao da Namíbia (mas um décimo do seu PIB *per capita*), metade do PIB da Tanzânia (90% do seu PIB *per capita*), dois terços do PIB da Zâmbia (um terço do seu PIB *per capita*) e um oitavo do PIB de Angola (um décimo do seu PIB *per capita*).

⁵ A taxa de crescimento do PIB *per capita* é importante também pelo papel e pelo impacto que tem no modelo monetarista de gestão macroeconómica, assente na teoria quantitativa do dinheiro, que calibra a taxa de expansão da massa monetária, dada uma taxa de inflação desejada, pela taxa de crescimento do PIB. Por isso, a publicação da taxa de crescimento do PIB de Moçambique é, frequentemente, antecedida por um (quase) processo negocial entre o governo e o FMI, em que se $p = \frac{m}{y}$, então $y = \frac{m}{p}$, em que p , m , y se referem a taxas de variação dos preços, da massa monetária e do PIB, respectivamente. Assim, quanto maior for a taxa de crescimento do PIB maior será a possibilidade de expandir a massa monetária, mantendo constante a taxa de inflação, o que é importante para o processo de apropriação e acumulação privada e especulativa de capital, particularmente num contexto histórico em que acumulação primitiva de capital requer a capitalização do capital doméstico.

apenas 1% do investimento privado total da última década, tendo as *commodities* absorvido acima de 90% de todo o investimento no sector agrário (CPI, s.d.; Castel-Branco, 2010). Mais de 90% da terra alocada a grandes projectos agrícolas na segunda metade da década de 2000 foi para produção florestal, de biocombustíveis e outras *commodities* agrícolas para exportação, somente 6% se destinou à produção alimentar, e metade desta área foi para produtos alimentares para exportação (The Oakland Institute, 2011). Assim, não é surpreendente, como se verá mais adiante, que os custos do sustento da força de trabalho tenham aumentado e que isso se reflecta nas tensões e lutas associadas à base de rentabilidade das empresas, relações de trabalho e condições de emprego, e na ineficácia da economia em reduzir pobreza.

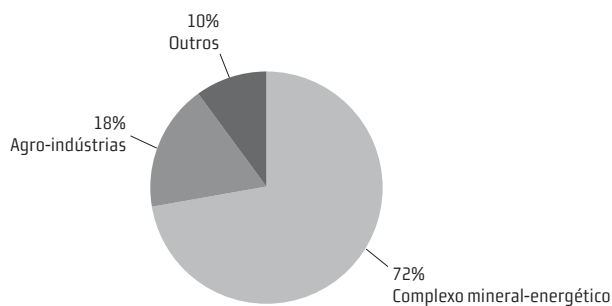
No que diz respeito ao sector industrial, o afunilamento da produção, em torno de um pequeno número de produtos primários, foi dramático. Em princípios da década de 1990, dez produtos industriais (de entre os quais se destacavam o vestuário e os têxteis, a moagem de cereais, as bebidas e produtos químicos diversos) representavam cerca de 50% da produção da indústria transformadora. Todavia, em finais da década de 2000, 67% da produção deste sector era gerada por um único produto, alumínio (envolvendo duas empresas – a fundição de alumínio Mozal e a sua central de energia eléctrica, a Motraco – de capitais multinacionais, empregando pouco menos de 2000 trabalhadores e gerando um produto primário com limitadas ligações internas). Entre 2005 e 2013, a produção industrial total aumentou a uma taxa média anual de 4,3% (2% anual *per capita*), se alumínio e gás natural forem incluídos; mas apenas 2,8% (ou 0,5% anual *per capita*), se aqueles produtos forem excluídos (Castel-Branco, 2010; BdM, 1995-2012; INE, 1995-2011).

Dez indústrias, metade das quais de substituição de importações, praticamente desapareceram.⁶ Nas restantes, o grau de concentração da produção num pequeno leque de produtos de baixo nível de processamento (quatro ou menos tipos de produtos) aumentou para 70% em três indústrias [alimentar, bebidas e tabaco; têxteis, vestuário e produtos de pele; e minerais não metálicos (cimento)], para 80% em duas indústrias [metalo-mecânica; químicos e derivados de petróleo (gás natural)] e para 99% numa indústria [metalurgia (alumínio)]. Em todos os casos, a redução do número de produtos foi acompanhada pela concentração nos produtos mais primários: descaroçamento e fiação do algodão, na indústria têxtil; lingotes de alumínio, na metalurgia; mistura de cimento, nos minerais não metálicos; extracção de gás natural, nos químicos e derivados; cerveja e refrigerantes, tabaco em folha e moagem de cereais importados, na indústria alimentar, bebidas e tabaco (Castel-Branco, 2010:38). Entre 1994 e 2004, cerca de 40% das pequenas e médias empresas industriais privadas domésticas encerraram ou foram transformadas em armazéns. Este desaparecimento de empresas industriais foi, ao mesmo tempo, consequência e causa do afunilamento da base produtiva industrial (World Bank, 1996; UTRE, 1996, 1999; Cramer, 2001; Castel-Branco, 2002a).

⁶ Estas indústrias foram as de ferro e aço, equipamento eléctrico e não eléctrico, cerâmicas, vidro, processamento de petróleo e derivados, copra, sisal, chá e caju processado.

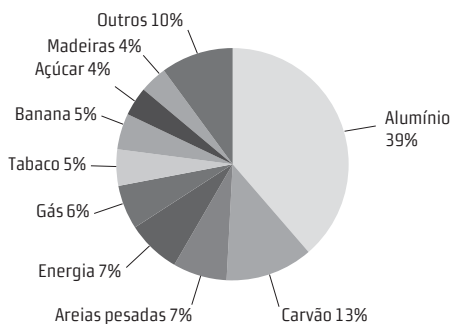
Naturalmente, o afunilamento da base produtiva reflectiu-se na estrutura do *comércio internacional* de Moçambique. As exportações concentraram-se, ainda mais, em produtos primários (Gráficos 1 e 2), fundamentalmente ligados ao núcleo extractivo da economia. As importações expandiram-se em quatro áreas dominantes: equipamentos, peças, produtos metálicos e materiais de construção ligados aos grandes projectos mineiros; combustíveis e energia relacionados com o aumento da intensidade de energia do padrão de crescimento determinado por mega-projectos do complexo mineral-energético; serviços relacionados com investimento de grande escala (nomeadamente construção, que, pela primeira vez em Moçambique, igualou e ultrapassou o peso dos transportes nas importações de serviços); e produtos alimentares, para uma economia em expansão mas incapaz de produzir a sua comida (Gráficos 3 e 4).

GRÁFICO 1: ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR GRANDES UNIDADES AGREGADAS (MÉDIA DE 2005-2012), EM PORCENTAGEM DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS



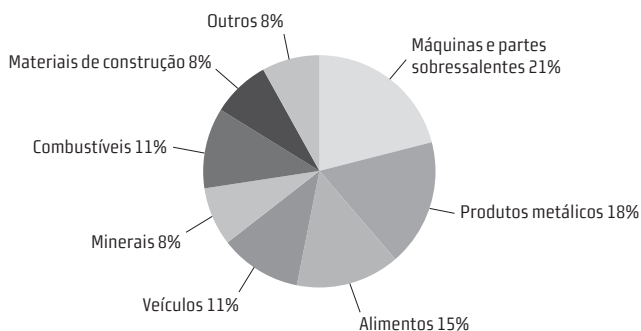
Fonte: BdM (1995-2012, 2003-2010, INE, 1995-2011).

GRÁFICO 2: ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR PRINCIPAIS PRODUTOS (MÉDIA 2005-2012), EM PORCENTAGEM DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS



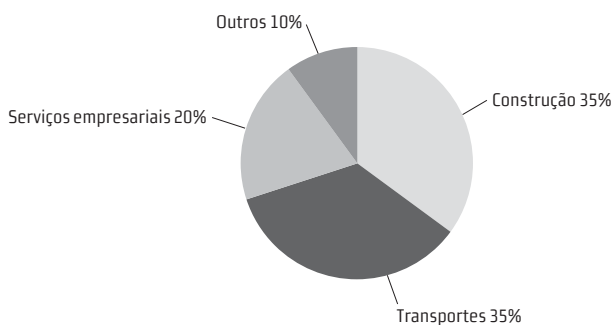
Fonte: BdM (1995-2012, 2003-2010, INE, 1995-2011).

GRÁFICO 3: ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE BENS (MÉDIA 2005-2012), EM PERCENTAGEM DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS



Fonte: BdM (1995-2012, 2003-2010, INE, 1995-2011).

GRÁFICO 4: ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES DE SERVIÇOS (MÉDIA DE 2008-12), EM PERCENTAGEM DO TOTAL



Fonte: BdM, 1995-2012, 2003-2010.

Uma economia com tendência para se afunilar e se especializar em produtos primários, dinamizada por um pequeno número de grandes projectos como pólos de demanda, cria problemas e desafios específicos para o *desenvolvimento de ligações*, tanto a montante como a jusante. Primeiro, o leque de opções, qualificações e capacidades (tecnológicas, financeiras e infra-estruturais), na economia e nos grandes projectos, é limitado, reduzindo e encarecendo as possibilidades de ligações. Segundo, as ligações tendem a ser descontínuas, pois os pólos de demanda, mesmo sendo grandes, são poucos e, em geral, com elevado nível de especificação tecnológica, fora do alcance das empresas nacionais. Terceiro, dada a tendência para a descontinuidade, as empresas domésticas têm contratos discretos (em vez de contínuos) de duração variável, com intervalos variáveis entre eles, o que não lhes dá nem segurança financeira nem a estabilidade para as encorajar a fazer investimento industrial de base. Quarto, as empresas domésticas tendem a concentrar-se em serviços gerais de menor especialização, para que as suas capacidades possam ser mais facilmente utilizadas em vários projectos, de modo a aumentarem as suas oportunidades; mas esta abordagem contribui para que as ligações sejam tecnologicamente pouco sofisticadas e não industrializantes.

Quinto, os padrões de qualidade exigidos pelos megaprojectos forçam as empresas a adoptar normas de gestão de qualidade e de segurança no trabalho acima das exigências gerais do mercado doméstico, que encorajam as empresas domésticas a atingirem *standards* internacionais de gestão de qualidade e segurança no trabalho mas que representam custos adicionais que o resto do mercado não está disposto a pagar. As empresas domésticas têm de optar entre: desenvolver uma organização interna dualista (em que uma parte trabalha com os *standards* de megaprojecto e o resto funciona com os baixos *standards* do mercado doméstico); abdicar da oportunidade de ganhar concursos com grandes projectos, por não serem capazes de, ou para elas não fazer sentido, investir tanto para atingir os *standards* de um mercado limitado; ou tentar alargar a sua carteira de contratos com megaprojectos, o que as obriga a diversificarem-se para actividades cada vez mais simples (da metalo-mecânica para a manutenção de equipamento, de serviços de electrónica para limpeza geral), perdendo qualificações e capacidades industriais em troca da possibilidade de expansão do negócio.

Sexto, a diversificação das firmas, substituindo capacidades industriais por oportunidades de expansão do negócio no mercado de megaprojectos, contribui para tornar a economia mais extractiva. As firmas transferem excedentes de outras actividades para financiarem as suas ligações com megaprojectos, perdem qualificações e capacidades industriais para diversificarem horizontalmente o leque de opções e atingem estruturas de custos inconsistentes com o resto do mercado, a não ser que tenham outro grande cliente (outro megaprojecto ou o Estado). Ao optarem por estas estratégias de negócios, ditadas pelas circunstâncias da economia, as firmas contribuem para aumentar os custos marginais de investimento para as outras empresas e piorar as oportunidades de negócio fora dos mercados de megaprojectos.

Sétimo, os custos adicionais do investimento em qualidade e segurança no trabalho e o intervalo de tempo entre o investimento e o alcance dos *standards* funcionam como barreiras à entrada de novas empresas nas ligações com megaprojectos. Assim, 90% das empresas domésticas que conseguem estabelecer contratos com megaprojectos têm ou tiveram o Estado como grande cliente num certo momento (pois o Estado era o único grande cliente antes da Mozal), o que lhes permitiu acumular capital, experiência, ligações institucionais e acesso a informação, que usam para planificar e financiar as relações com os grandes projectos. Logo, oportunidades de ligações, em economia extractiva, não são iguais para todas as firmas e não são independentes da sua história recente.

Oitavo, dada a volatilidade dos mercados internacionais de *commodities* e a porosidade da economia (ver mais adiante), os choques dos mercados internacionais são internalizados pela economia nacional através das ligações entre grandes projectos e empresas domésticas. Nos períodos de alta de preços, o mercado para empresas domésticas não aumenta significativamente, porque há limites tecnológicos – o megaprojecto pode comprar mais matéria-prima e energia, mas, a não ser que aumente a escala de actividade, não precisa de mais electricistas,

pessoal de limpeza ou motoristas. Nos períodos de baixa de preços, os megaprojectos cortam os custos mais fáceis e de menor impacto, que são as actividades menos nucleares e mais simples, ou os futuros contratos, com as empresas domésticas. Embora os megaprojectos planifiquem com base em acordos com clientes e mercados futuros, crises nos preços de *commodities* continuam a afectá-los.

Estas questões particulares das ligações em economia extractiva, investigadas e desenvolvidas em Castel-Branco & Goldin (2003), Langa (2015), Mandlate (2015) e Langa & Mandlate (2013), têm origem nas características dinâmicas estruturais da economia, e não apenas nas características específicas de cada empresa ou megaprojecto. A política pública poderia ajudar a corrigir ou a aliviar alguns destes problemas. A redução da porosidade económica (Castel-Branco, 2014) poderia ajudar a construir capacidades que reduzissem o custo de investimento para todas as empresas e a tornar o sistema financeiro mais capaz e interessado em apoiar o desenvolvimento de uma base económica ampla. A informação sobre os megaprojectos, que o Estado tem, poderia ser usada para promover estratégias industriais específicas e ajudar as empresas a desenvolver as suas estratégias de negócio e a garantir continuidades no investimento, modernização, produção e vendas com base numa escolha de actividades que maximize complementaridades. Os megaprojectos podem ser obrigados a revelar informação sobre as suas necessidades regulares de bens e serviços, de modo a fornecer uma base empírica para estratégia pública e planos de negócio das indústrias e firmas individuais a médio prazo. Estas acções não eliminariam a predominância de uma economia extractiva, mas poderiam ajudar a torná-la menos extractiva e mais útil para impulsionar o desenvolvimento alargado da base produtiva.

As estatísticas oficiais sobre o emprego limitam-se à categorização estática da ocupação profissional da população activa por sector vagamente definido. As estatísticas não captam informação sobre mercados de trabalho, diversidade de formas de recrutamento, emprego e dependência do trabalho assalariado, sobre o leque de actividades de sobrevivência das famílias rurais e a dependência que essa estrutura de ocupação e rendimento tem do trabalho assalariado, nem sobre as condições de emprego ou mobilidade ocupacional das pessoas (Ali, 2013; Cramer, Oya & Sender, 2008; Sender, Oya & Cramer, 2006). Portanto, a base estatística oficial não permite construir séries que permitam uma análise temporal da transformação estrutural do emprego.

A transferência de força de trabalho dos sectores de menor produtividade da economia, sobretudo quando estes sectores são vitais na produção de comida e matérias-primas, para os de maior produtividade, está associada a três condições: o aumento da produtividade do trabalho nos sectores onde a força de trabalho se concentra actualmente; a expansão da produção comercial de alimentos variados a baixo custo; e a expansão de uma base produtiva intensiva em trabalho nos sectores de maior produtividade. Por sua vez, esta transferência de força de trabalho é crucial para estimular e permitir o aumento da produtividade do trabalho em sectores de expansão mais lenta e de menor produtividade (Wuyts & Kilama, 2014a, 2014b; Islam

& Kinyondo, 2014). No entanto, uma das características da expansão económica com dinâmica de bolha é a incapacidade de transferir força de trabalho para as áreas mais dinâmicas do crescimento económico e a manutenção do grosso da força de trabalho em condições de emprego precário (trabalho casual, informal ou subemprego) e em actividades de baixa produtividade. Isto é, os sectores que impulsionam e lideram o crescimento são intensivos em capital, e os intensivos em trabalho permanecem «atrasados».

No caso moçambicano, por um lado, 75% da produção industrial e 72% das exportações de Moçambique são geradas por menos de uma dezena de grandes empresas, que empregam, aproximadamente, cerca de 0,1% da população em idade activa – assim, as actividades mais dinâmicas da economia são intensivas em capital e não em trabalho. Por outro lado, a produção alimentar *per capita* diminuiu nos últimos dez anos (cerca de 9% no total), mas menos do que a rentabilidade média por hectare das culturas alimentares para o mercado doméstico (que reduziu 31% no período), o que pressupõe que a quantidade e o peso da força de trabalho nestas actividades deverá ter aumentado em cerca de 28% (dado que a tecnologia de produção não se alterou fundamentalmente) – portanto, as actividades mais intensivas em trabalho não lideram a expansão da economia e oferecem condições precárias de emprego.

Adicionalmente, nas últimas duas décadas a inflação dos preços dos produtos alimentares foi sistematicamente superior, na ordem dos 40% a 55%, à inflação média dos bens de consumo, resultando na deterioração do salário real das classes trabalhadoras, e, subseqüentemente, no aumento das pressões sociais (incluindo o recurso a greves e manifestações violentas) para a subida dos salários nominais. Portanto, as dinâmicas estruturais de produção não favorecem nem a redução da pobreza nem o aumento da intensidade de trabalho nos sectores mais dinâmicos da economia (Wuyts, 2011a, 2011b). Finalmente, algumas das indústrias rurais, como as açucareiras, que têm sido as maiores empregadoras de força de trabalho nacional não qualificada, começam a negociar a substituição da força de trabalho por mecanização de fases do processo produtivo, dado o aumento de intensidade de conflitos laborais associados à quebra do poder de compra do salário dos trabalhadores. A redução de força de trabalho por via da mecanização, num contexto de limitadas oportunidades de emprego, poderá reduzir os fluxos financeiros, por via do fundo de salários, para o campo, o que poderá diminuir a capacidade de produção alimentar de autoconsumo e reduzir a disponibilidade de alimentos a baixo custo para os trabalhadores (O’Laughlin, 1981; CEA, 1979a, 1979b).

Se a rentabilidade do capital se mantiver dependente da remuneração da força de trabalho abaixo dos seus custos sociais de reprodução, os conflitos sobre as condições de emprego, a produtividade e o controlo da força de trabalho vão agudizar-se, a não ser que o custo de vida possa ser reduzido e a produtividade do trabalho aumentada (O’Laughlin, 1981; O’Laughlin & Ibraímo, 2013; Wuyts, *op. cit.*).

INVESTIMENTO PRIVADO

A base de dados do Centro de Promoção de Investimento (CPI, s.d.), sobre intenções de investimento privado, revela que nas últimas duas décadas foram aprovados mais de 3400 projectos de investimento, num valor superior a 35 biliões USD, a uma média anual superior a 1,6 biliões USD, com significativa aceleração na última década.⁷ Moçambique tornou-se um dos três países da África Subsariana mais apetecíveis para investidores privados, em conjunto com a Nigéria e a África do Sul. Deste montante, 37% são financiados por IDE, 6% por investimento directo nacional (IDN) e 57% por empréstimos do sistema bancário. Embora a informação do CPI não identifique a origem dos «empréstimos», o cruzamento desta informação com dados sobre os empréstimos do sistema bancário nacional permite concluir que cerca de 38% do investimento privado total é financiado por empréstimos da banca comercial externa e 19% pela banca comercial doméstica (BdM, 1995-2012; CPI, s.d.; Massingue & Muianga, 2013). Logo, do investimento privado total em Moçambique, 75% é financiado por fluxos externos de capital. A Tabela 1, mais adiante, mostra que os influxos reais de investimento directo estrangeiro (IDE) aumentaram em mais de 30 vezes entre 2006 e 2012, o que é consistente com a corrida ao carvão e aos hidrocarbonetos, a outros minerais e a terra.⁸ Os dados sobre investimento mostram que a economia de Moçambique é atractiva para o capital financeiro externo, mas também apontam para o tipo de estruturas, capacidades e dinâmicas que essa economia poderá ter no futuro, criadas pelo investimento, e revelam factores que, de facto, atraem o capital financeiro. Assim, é importante prestar atenção ao padrão de investimento.

Primeiro, o investimento é concentrado num número reduzido de megaprojectos⁹ em sectores e actividades primárias, viradas para a exportação de *commodities*, com limitadas ligações domésticas. Os 13 megaprojectos da lista do CPI representam 0,4% do total dos

⁷ «Investimento aprovado» é uma *proxy* para análise das tendências e dinâmicas de investimento. A utilização desta *proxy* deve-se à dificuldade de acesso a dados sistemáticos e de longo prazo sobre o investimento de facto realizado, desagregado por projecto e por fonte de financiamento. Esta *proxy* pode induzir a erros de análise de dois tipos. Primeiro, pode resultar no exagero do padrão de descontinuidade do investimento, porque um grande projecto de investimento pode ser aprovado num ano enquanto o investimento é realizado ao longo de vários. Segundo, na ausência de mais informação sistemática, é difícil estimar se o grande investimento estrangeiro tem uma taxa de realização maior ou menor que o pequeno investimento nacional. Por isso, é difícil estimar se os dados do investimento aprovado sobrestimam ou subestimam a concentração do investimento nos grandes projectos minerais e energéticos. No entanto, a análise do investimento aprovado, na ausência de dados melhores, dá informação útil sobre as intenções de investimento, tanto dos investidores como do governo, e sobre as implicações dessas intenções para os padrões de produção e comércio futuros. Estes dados também dão informação sobre as fontes de investimento, o que é um indicador de motivações e de capacidades e dinâmicas de mobilização de recursos. Apesar destas chamadas de atenção sobre o cuidado a ter com estes dados, a análise do investimento aprovado é geralmente consistente com o comportamento geral da economia, o que dá garantias sobre a sua validade.

⁸ Os dados sobre IDE, constantes na Tabela 1, são insuficientes para estudar padrões de investimento, pois não estão desagregados por sector e projecto, nem contêm informação sobre outras formas de financiamento do investimento aprovado, como investimento directo nacional (IDN) e empréstimos. Por isso, apesar da existência destes dados reais, esta secção do artigo vai também continuar a fazer uso, cauteloso, da base de dados do CPI, que contém intenções e não investimento realizado.

⁹ De acordo com a lei do investimento privado em Moçambique, um megaprojecto é definido por requerer 500 milhões USD ou mais de investimento inicial. Esta categoria de projectos beneficia de incentivos fiscais, cambiais e outros especiais, que excedem os benefícios das outras classes de projectos de investimento privado.

projectos aprovados, prevêem o emprego directo de não mais de 20 mil trabalhadores, mas equivalem a 58% do montante do investimento privado aprovado entre 1990 e 2012 (20,2 biliões USD). Deste montante, 42% pertencem a quatro projectos industriais [fundição de alumínio, (fases I e II), fundição de ferro e aço, e petroquímica], 25% a três projectos florestais, 14% a dois projectos mineiros (areias pesadas e carvão), 9% a uma barragem hidroeléctrica, 5% a um grande projecto turístico e outros 5% a dois projectos de transportes e comunicações (um pequeno porto para escoamento de minerais e um projecto de telefonia móvel). Portanto, 95% do valor de intenções de investimento em megaprojectos destina-se directamente ao núcleo extractivo da economia (complexo mineral-energético e florestal) ou à sua rede de serviços.

De um modo mais geral, do total de intenções de investimento aprovadas nas últimas duas décadas (incluindo todos os projectos), 30% destinam-se a recursos minerais e a energia, 25% a indústrias de fundição e petroquímica ligadas ao complexo mineral-energético, 20% a florestas e tabaco. Ou seja, 75% das intenções totais de investimento privado são para actividades do núcleo extractivo da economia orientadas para exportações de produtos primários. Pouco mais de metade do restante é alocado à rede de serviços e infra-estruturas que serve esse núcleo extractivo. Dado este padrão de intenções de investimento, a distribuição do investimento ao longo do tempo, por sectores e pelo território nacional, é desigual e descontinuada, dependendo dos megaprojectos. Na última meia década, as intenções de investimento aumentaram, coincidindo com a expansão do interesse de investidores em gás, carvão, florestas e infra-estruturas associadas, concentrando-se no Centro e Norte de Moçambique (CPI, s.d.; Massingue & Muianga, 2013).

Segundo, as intenções de investimento não são sempre concretizadas, pois há projectos cancelados ou atrasados, apesar de terem sido aprovados há vários anos. Oito dos treze maiores projectos aprovados, entre há quatro e treze anos, correspondentes a 60% do valor de investimento aprovado para megaprojectos, ainda não estão em execução, estão significativamente atrasados ou foram cancelados. Uma avaliação preliminar feita nas províncias de Gaza, Tete e Cabo Delgado indica que sensivelmente metade do total dos projectos de investimento privado aprovados e listados pelo CPI não está em execução, ou é desconhecida localmente (Massingue & Muianga, 2013).

Sem mais investigação sistemática não é possível padronizar as causas dos cancelamentos ou atrasos na execução de projectos de investimento privado aprovados. A informação existente permite, no entanto, formular algumas hipóteses. A crise internacional constitui um obstáculo à mobilização de finanças, sobretudo para grandes projectos de investimento intensivos em capital, num período de contracção ou crescimento lento de mercados mundiais de algumas *commodities*. Em Moçambique, paralisou projectos de investimento em biocombustíveis e florestas, reduziu a capacidade do governo de Moçambique de mobilizar investidores para o seu

ambicioso programa de liquefacção de gás (devido aos custos de capital e à competição de projectos idênticos já estabelecidos em economias maiores), serviu de justificação oficial para a entrega, pelo governo, e sem concurso público, do programa de digitalização da radiodifusão à empresa Chinesa Star Times,¹⁰ alegando que o banco chinês Exim¹¹ condicionou a concessão do crédito comercial ao governo de Moçambique à alocação do projecto a uma corporação chinesa. Outro factor são os estrangulamentos nas infra-estruturas, nos serviços, na logística e no acesso a força de trabalho qualificada, que encarecem e atrasam projectos. Por exemplo, a falta de energia eléctrica é uma das causas da transição lenta entre a aprovação de projectos e a sua execução nos parques industriais, do mesmo modo que o estado de operação e a capacidade das linhas férreas afecta o ritmo da extracção/exportação do carvão. Os mercados financeiros domésticos, postos sob pressão pelo endividamento público, focam-se no núcleo extractivo da economia, na especulação com a dívida, no consumo de bens duráveis e de luxo e no grande negócio imobiliário, não tendo interesse nem capacidade para expansão no sentido do financiamento do resto da economia real. A desarticulação das estruturas e actividades produtivas, que fragmentam mercados, infra-estruturas e linhas de abastecimento, dificulta a implementação de projectos ou torna-os inviáveis e de alto risco. A competição oligopolista entre investidores encoraja-os a obterem recursos e a mantê-los inactivos, ainda que protegidos dos seus concorrentes, à espera de melhores mercados financeiros ou de *commodities*. A especulação, entre multinacionais, com os recursos nacionais (terra, água, recursos minerais e hidrocarbonetos), permite a corporações realizar rendas significativas como intermediários na transferência de propriedade pública para o mercado mundial de recursos, como nos casos da Riversdale, concessões de gás natural, projectos de biocombustíveis e florestas e outros. Obtendo concessões para áreas muito superiores ao que pretendem explorar, estas companhias usam a especulação dos activos para se autofinanciarem, mas garantindo o controlo de quantidade significativa de acções nos recursos naturais a baixo custo. Corrupção, incompetência ou decisões irregulares por parte de decisores políticos também pode afectar a implementação de projectos. Todas estas hipóteses são explicações possíveis, mas somente investigação mais sistemática poderá confirmá-las e esclarecer o grau de relevância de cada uma delas e como se combinam.

Terceiro, a dependência do financiamento externo contribui para que o padrão de investimento seja definido pelas corporações multinacionais e que os seus interesses corporativos dominem os interesses do capital doméstico e da banca. Assim, o IDE está concentrado (81%) no núcleo extractivo da economia, em que são também aplicados 69% dos empréstimos bancários e 58% do IDN. O capital privado doméstico é particularmente activo em quatro outros sectores: finan-

¹⁰ Em associação com a Star Times Moçambique, participada, em 15%, por empresas lideradas por familiares directos do então Presidente da República, Armando Guebuza (Machel, 2011, 2012).

¹¹ O Exim Bank é um dos três bancos estatais chineses encarregados de implementar a política industrial do governo chinês, dentro e fora do território da República Popular da China.

ceiro, turismo, transportes e comunicações e construção, que, no seu conjunto, absorvem 37% do IDN, 15% do IDE e 30% dos empréstimos. Ou seja, 96% do IDE, 95% do IDN e 98% dos empréstimos estão concentrados nos sectores nucleares da economia extractiva e nos serviços e infra-estruturas associados e adjacentes (CPI, s.d.; Massingue & Muianga, 2013). Resumindo, o IDE marca o ritmo e a direcção do investimento privado em Moçambique, as multinacionais definem a direcção do IDE e os empréstimos e o IDN complementam ou operam nas áreas de oportunidade em torno do IDE, em que haja espaço para acumulação privada.

Quarto, o papel do IDN também é interessante. Sendo mínimo (apenas 6% do investimento privado total), é aplicado predominantemente em áreas de retorno seguro, nomeadamente na margem do núcleo extractivo e nos serviços e infra-estruturas adjacentes. O núcleo extractivo é atractivo pela possibilidade de controlar e renegociar a exploração dos recursos naturais e de, por via de ligações com o Estado, ter acesso a expropriações a baixo custo e à estrutura accionista e directiva das grandes empresas do complexo mineral-energético (Machel, 2011, 2012). Os serviços e infra-estruturas adjacentes são atractivos devido aos clientes seguros, ao controlo do acesso a infra-estrutura pública, às parcerias público-privadas (PPP) e ao financiamento público, por via da dívida, de parte substancial da infra-estrutura económica – isto explica, por exemplo, o papel destacado do IDN no sector financeiro (compra e gestão da dívida pública e outros fundos do Estado, bem como o negócio imobiliário), na construção (sobretudo a participação em obras públicas e logística dos hidrocarbonetos) e nos transportes e comunicações (com duas vertentes dominantes, nomeadamente telefonia móvel e gestão privada do sistema ferro-portuário ligado às explorações mineiras). O controlo dos serviços também afecta o poder negocial com o grande capital investido nos sectores extractivos nucleares. Finalmente, a concentração do IDN nestes sectores influencia o foco da política pública, pois uma parte dos investidores nacionais constitui o grupo e a dinâmica de interesse nacional mais influentes sobre o Estado e a sua política económica (Machel, 2011, 2012). Portanto, mesmo sendo pequena, a participação do IDN nestes sectores garante a sua rápida reprodução, a penetração no mundo do grande negócio multinacional, a consolidação da sua relação e do seu controlo sobre a política pública e a aprendizagem sobre as dinâmicas do grande capital global (financeiro e de *commodities*).

Quinto, influxos de capital externo, em condições de porosidade económica, são acompanhados por saídas de capital na forma de repatriamento de lucros, serviço de dívida, serviços de investimento, entre outros. Enquanto a economia recebe quantidades maciças de capitais externos, os saldos da balança financeira e de capitais ficam positivos, mas, assim que abrandam o influxo de capital externo, podem tornar-se altamente negativos. A Tabela 1 mostra uma parte destes efeitos: até 2010, o saldo da balança financeira era mais positivo sem megaprojectos, apesar dos influxos de IDE. Em 2011 e 2012, os montantes de IDE cresceram de tal forma que a balança se tornou mais positiva com megaprojectos incluídos, apesar de ter aumentado a saída de capitais, pois os projectos mais recentes, em que foram aplicados os investimentos mais

recentes, ainda não estão a gerar retornos repatriáveis. Portanto, a não ser que a economia consiga substituir importações efectivamente e desenvolver e diversificar a base de exportações, fluxos tão maciços de capital externo, relativamente ao tamanho da economia, podem conduzir à «explosão» da bolha económica.

TABELA 1: IDE EM MOÇAMBIQUE E O SEU IMPACTO NA CONTA FINANCEIRA (MILHÕES USD)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Saldo da conta financeira total	-1502	447	728	863	1131	2781	5044
Saldo da conta financeira excluindo grandes projectos	n.a.	n.a.	1000	936	1239	1562	2083
IDE em Moçambique	154	427	592	893	989	2663	5218

Fonte: BdM (1995-2012).

Portanto, a análise do investimento mostra seis elementos importantes na constituição de dinâmicas de uma bolha económica: (i) concentração em recursos naturais e necessidade de incorporação contínua de mais recursos para manter a expectativa de boom económico; (ii) baixa taxa de concretização do investimento, mesmo com adjudicação, pelo Estado, de grandes concessões mineiras e de hidrocarbonetos a empresas multinacionais; (iii) especulação com recursos como meio de obtenção e partilha de rendas e de refinanciamento das companhias envolvidas; (iv) financiamento da expansão do capital no núcleo extractivo da economia, nas infra-estruturas, nos serviços adjacentes e na especulação imobiliária com recurso à dívida pública (títulos do Tesouro, créditos comerciais e PPP), à expropriação das infra-estruturas do Estado (como os caminhos-de-ferro, por exemplo) e à expropriação de largas parcelas de terra a baixo custo; (v) dependência destas dinâmicas de investimento e especulação da expectativa de altos fluxos futuros de rendimento proveniente do complexo mineral-energético; e (vi) ligação especulativa e meramente pecuniária entre capital nacional e multinacional por via de diferentes formas de porosidade da economia. Isto é, o ritmo e a sustentabilidade da expansão económica dependem das expectativas sobre o rendimento que deverá acontecer daqui a uma década ou mais, e que será afectado pelo *lag* temporal para entrada em funcionamento dos empreendimentos, desenvolvimento da infra-estrutura, comportamento dos mercados internacionais e predisposição das autoridades nacionais de assumirem todos os riscos maiores.

POROSIDADE: LIGAÇÃO ORGÂNICA ENTRE SUBSÍDIOS FISCAIS, DÍVIDA PÚBLICA E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Porosidade é o grau de ineficiência da economia em reter e acumular, socialmente, o excedente produzido e não consignado, para utilização na reprodução da economia como um todo. A porosidade manifesta-se por via das perdas de rendimento social gerado na economia e pela minimização do poder de absorção social do excedente e dos fluxos externos de recursos. Estas

perdas são causadas por incentivos fiscais, repatriamento de lucros, incapacidade de efectivamente substituir importações de bens e serviços,¹² fuga ilícita de capitais, baixa taxa de reinvestimento do capital privado, privatização das rendas sociais da economia, fraqueza ou afunilamento da capacidade produtiva, ligações e logística, concentração do investimento em torno dos grandes projectos do complexo mineral-energético. A porosidade resulta, pois, de estruturas, instituições e políticas económicas específicas, e pode ser um mecanismo de transferência de recursos e rendas públicos para promoção da acumulação privada de capital, sobretudo nas suas fases iniciais, por via da expropriação do Estado e do papel do Estado na articulação triangular, «sagrada», entre o Estado, o capital financeiro doméstico emergente e o capital multinacional (Castel-Branco, 2014). Este artigo tem interesse particular em desenvolver o ângulo da porosidade económica que se relaciona com a bolha económica, pelo que o enfoque será posto na dívida pública, fiscalidade, natureza da despesa pública e implicações para o sistema financeiro.

Desde 2001, a dívida pública interna aumentou 19 vezes, a uma taxa média anual de 28% (ou quatro vezes mais depressa do que o PIB), e a dívida pública externa aumentou três vezes, a uma taxa média anual de 10% (40% mais depressa do que o PIB). O peso da dívida pública interna no *stock* total da dívida pública aumentou de 1% para 13%, e o seu peso no serviço da dívida passou de 2% para 90% desde 2009, por causa dos juros mais altos. O governo tem argumentado que a gestão da dívida tem sido feita de acordo com *standards* internacionais de sustentabilidade fiscal para economias semelhantes à de Moçambique, pelo que não existe motivo de alarme (Chang, 2014). No entanto, o argumento do governo é, no mínimo, insuficiente para tratar responsabilmente da questão da dívida pública, por várias razões.

Primeiro, os *standards* de sustentabilidade fiscal da dívida são discutíveis, particularmente no caso moçambicano: o *stock* da dívida não é bem conhecido e o endividamento comercial com a China não é transparente; o *stock* conhecido já ultrapassou o tecto indicador de risco, pondo instituições financeiras em alerta; o uso do PIB, das exportações ou da balança comercial como denominadores nos rácios de sustentabilidade não é adequado para uma economia de natureza extractiva, afunilada e com significativas perdas de excedente para o sector privado nacional e estrangeiro (o Produto Nacional Bruto, que reflecte melhor a retenção de excedente na economia nacional, ou a balança de transacções correntes, que já capta o efeito das transferências, poderiam ser denominadores mais adequados); medidas de sustentabilidade usam

¹² A substituição efectiva de importações está associada ao desenvolvimento de ligações e capacidades produtivas a montante e jusante que substituem importações. A «efectiva» substituição de importações difere, pois, de indústrias de montagem final de produtos, com base em e dependentes de importações e de força de trabalho pouco qualificada e barata, empregue em processos de produção altamente estandardizados e de pouco valor tecnológico (ver, por exemplo, Fine & Rustomjee, 1996; Chang, 1996).

pressupostos sobre volume e estrutura da despesa e receitas, e ambas resultam de decisões políticas e estruturas económicas, bem como expectativas sobre o comportamento da economia nacional e internacional. Portanto, uma economia afunilada e porosa e, por isso, particularmente vulnerável a pequenas alterações ou choques macroeconómicos deve manter-se cuidadosa e confortavelmente dentro de limites de dívida para que não entre em crise provocada por alguma súbita flutuação dos mercados de bens e serviços e financeiros internacionais, como, por exemplo, uma brusca subida dos juros sobre a dívida ou volatilidade dos preços de *commodities* (Castel-Branco, 2014; Ossemane, 2010).

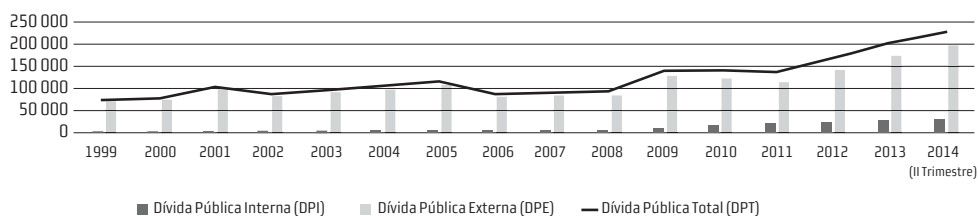
Segundo, na análise da dívida, a sua função económica é mais importante do que contestáveis rácios de sustentabilidade fiscal (o que não quer dizer que a análise de sustentabilidade fiscal não seja relevante). O facto de o governo parecer apenas usar o critério de sustentabilidade fiscal na análise da dívida sugere que está mais interessado na quantidade de dívida que tem espaço para mobilizar do que na função social e económica dessa dívida e o seu impacto estruturante. Por sua vez, esta conclusão sugere, ainda, que o espaço de dívida funciona como reserva, ou mina, para financiamento e subsídio, de curto prazo, de um *boom* económico construído em torno da mobilização de capital internacional em troca de recursos naturais a baixo custo, além de levantar dúvidas sobre a qualidade da planificação financeira e económica da dívida (Rame *et al.*, 2015; Castel-Branco, 2014).

Terceiro, dois outros factores são mais importantes do que os indicadores estáticos de sustentabilidade fiscal da dívida. Por um lado, a dívida está a crescer meteoricamente, por razões discutidas mais adiante (Gráfico 5). Por outro lado, a estrutura da dívida está a mudar, assistindo-se ao aumento do peso da dívida pública interna e da dívida comercial externa, substancialmente mais caras do que a dívida oficial concessional (Gráficos 5, 6 e 7). Daqui resultam pressões adicionais sobre o orçamento do Estado e as reservas externas, com o peso do serviço da dívida a duplicar em ambos, conduzindo a pressões adicionais para o corte da despesa (Gráficos 7 e 8). Dado o padrão extractivo de acumulação e o enfoque do Estado na mobilização de grande capital externo, a resposta política às pressões orçamentais são a contracção da despesa nas áreas públicas de maior impacto social (educação, saúde, segurança social, transporte público e saneamento),¹³ ficando estas áreas dependentes da ajuda externa ao desenvolvimento,¹⁴ e a concentração do investimento público nos grandes projectos de infra-estruturas ligados ao complexo mineral-energético (Massarongo, 2013; Massarongo & Muianga, 2011; Castel-Branco, 2014).

¹³ Educação, saúde, segurança social e transporte público não são prioridade para as classes capitalistas e médias emergentes, que geralmente têm acesso a serviços privados, mas são as únicas opções para as classes trabalhadoras, que não têm voz política autónoma, articulada e influente na política pública.

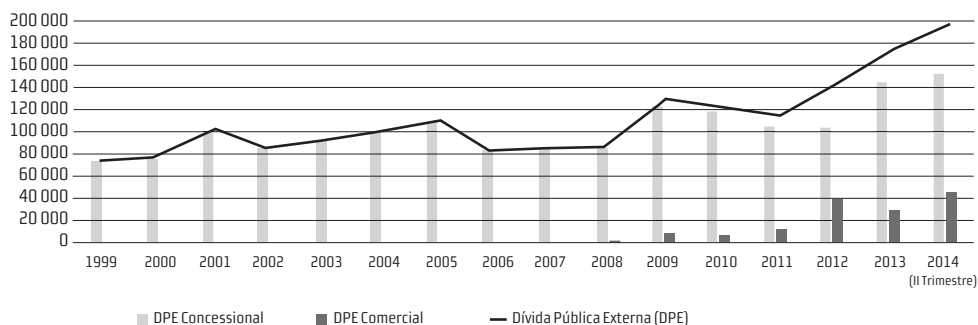
¹⁴ Neste contexto, a ajuda externa e os sistemas de protecção social vigentes são articulados como suporte ao processo de acumulação privada de capital, permitindo ao Estado subsidiar a aceleração e a intensificação da acumulação primitiva de capital e, ao mesmo tempo e com os mesmos objectivos, manter os altos níveis de porosidade.

GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE (EM MILHÕES DE METICAIS)



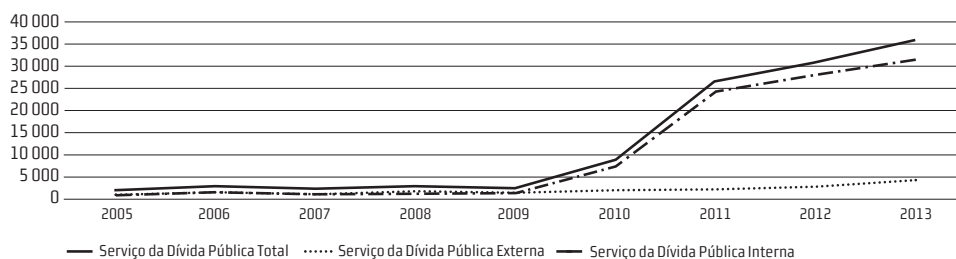
Fonte: GdM (2000-2011; 1999-2014).

GRÁFICO 6: ESTRUTURA DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE: DÍVIDA CONCESSIONAL E COMERCIAL (EM MILHÕES DE METICAIS)



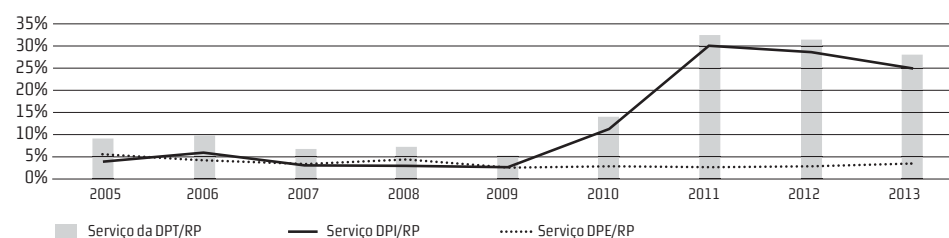
Fonte: GdM (2000-2011; 1999-2014).

GRÁFICO 7: SERVIÇO DA DÍVIDA DE MOÇAMBIQUE (EM MILHÕES DE METICAIS)



Fonte: GdM (2000-2011; 1999-2014).

GRÁFICO 8: PESO DO SERVIÇO DE DÍVIDA PÚBLICA TOTAL (DPT), INTERNA (DPI) E EXTERNA (DPE), MEDIDO COMO PERCENTAGEM DAS RECEITAS PÚBLICAS (RP)



Fonte: GdM (2000-2011; 1999-2014).

Quarto, de onde vem a dívida? Esta pergunta parece retórica, pois a resposta parece óbvia – excesso de consumo relativamente ao rendimento. No entanto, esta resposta nada diz sobre o rendimento, a despesa e a relação entre os dois. A dinâmica de endividamento emerge de vários factores relacionados que fazem parte das dinâmicas da porosidade como mecanismo de subsídio do processo de acumulação privada de capital: incentivos fiscais o financiamento da logística e infra-estrutura para o grande capital, bem como a intensidade em capital e, por consequência, a dependência de importações da estratégia de investimento. Estes factores formam um pacote de subsídios para o grande capital multinacional, que, argumenta-se (Castel-Branco, 2010; 2014), garante o acesso das classes capitalistas emergentes em Moçambique às rendas da economia e do capital multinacional, sem terem de realizar financeiramente essa participação. A não tributação do capital multinacional, em especial das grandes empresas que já geram lucros há quatro ou mais anos, e a hesitação em tributar as transacções especulativas, entre multinacionais, das concessões em recursos naturais, implicaram a perda de entre 72 e 96 biliões de meticais em receita fiscal adicional, apenas no período 2005-2013 (9 a 12 biliões de meticais por ano),¹⁵ o que era equivalente a 13% da receita do Estado, 7% da despesa pública e 3% do PIB durante aquele período (Castel-Branco, 2014).¹⁶ Por outro lado, o investimento público financiado por dívida concentrou-se essencialmente num pequeno grupo de grandes projectos de infra-estruturas e serviços, em transacções financeiras, propriedade imobiliária do Estado e equipamento de defesa e segurança. Três quartos desta despesa não são justificáveis em termos de prioridades para alargamento e diversificação de oportunidades e capacidades produtivas, económicas e sociais, o que é deduzível pelos seus objectivos e utilidade. São os casos dos 950 milhões de euros, com financiamento do Banco Europeu de Investimento, para a compra das acções da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, sem

¹⁵ Mesmo na presença da crise económica internacional, que, entre 2007 e 2011, provocou uma quebra significativa dos preços mundiais de alumínio (entre 30% e 40%), reduzindo os lucros da fundição de alumínio Mozal, que seria responsável por cerca de um terço dessa receita fiscal potencial mas ociosa.

¹⁶ A estas perdas fiscais sobre rendimentos de capital podem ser adicionadas as perdas relacionadas com a privatização da gestão e das rendas de infra-estrutura pública (por exemplo, os principais portos e linhas férreas), bem como com as tarifas sobre a terra atribuída a grandes explorações comerciais, que são irrisórias (0,40 USD por hectare) e que não são colectadas (The Oakland Institute, 2011), mas estes dados não estão facilmente acessíveis.

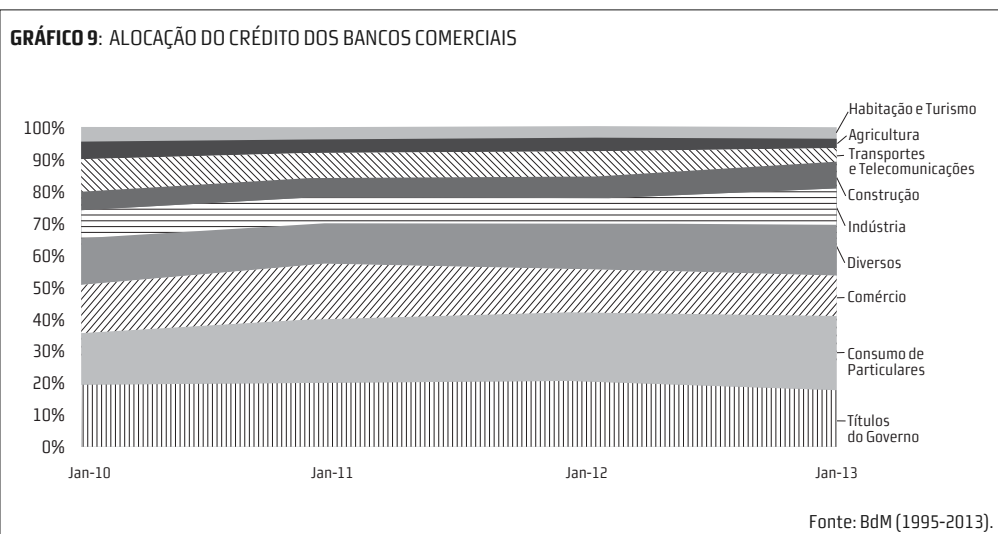
significativo impacto directo positivo no aumento da oferta e da qualidade de energia e na redução do preço; os 850 milhões USD gastos numa hipotética frota, supostamente de pesca de atum, que nem sequer foi ao parlamento para aprovação, violando a lei; os 750 milhões USD da Ponte da Catembe; os mais de 500 milhões USD gastos na zona económica especial de Nacala e no Parque Industrial de Beluluane, com limitado impacto no desenvolvimento industrial, e com limitado acesso a energia eléctrica; os mais de 100 milhões USD gastos nas infra-estruturas para os Jogos Africanos, uma parte das quais foi posteriormente privatizada a baixo custo e especulada, estando a outra dramaticamente subutilizada; os 100 milhões USD do aeroporto internacional de Nacala; os 40 milhões USD da ponte sobre o rio Rovuma, servida por vias de acesso de péssima qualidade; as várias parcerias público-privadas (PPP), como o projecto de digitalização da radiodifusão adjudicado, sem concurso público, à Star Times (calculado em 300 milhões USD), entre outros. Estes projectos de investimento público ou com garantia pública são úteis para o núcleo extractivo da economia, para o grande capital multinacional e para a especulação imobiliária e financeira, mas são pouco eficazes a promover a diversificação e a articulação da base produtiva, a substituir importações efectivamente e a gerar empregos decentes. Além disso, pela sua escala e dependência de importações, são potentes geradores de dívida. Segundo o Fundo Monetário Internacional (Rame *et al.*, 2015), uma parte considerável destes projectos não é sustentada por análise económica e financeira sólida, e uma parte dos investimentos em propriedade pública e PPP nem sequer tem a estrutura accionista clarificada e transparente.

Estes projectos podem ser prejudiciais para a capacidade de o Estado prosseguir políticas económicas e sociais amplas, devido às pressões que colocam sobre a disponibilidade e os custos de capital, energia e trabalhadores qualificados para o resto da economia, bem como pelo descrédito que podem criar nas instituições nacionais. Portanto, o endividamento do Estado resulta da sua expropriação como forma de promover acumulação privada de capital, não de um genérico excesso de consumo sobre o rendimento, ou despesismo não qualificado.

Quinto, a aceleração da dívida está a estruturar a economia em torno de um ciclo, ou vício, de dívida. A expansão da bolha económica requer mais recursos, que provêm da dívida, mas sem essa expansão as expectativas dos mercados financeiros podem alterar-se negativamente e fazer a bolha económica implodir (retirada do capital e recessão) ou explodir (entrar em crise de dívida). Portanto, há uma armadilha de dívida em construção. Além disso, a contínua expansão da bolha económica só é consistente, na fase histórica actual, com a contínua mobilização de capital privado externo, o que fortalece as dinâmicas sociais, políticas e económicas da economia extractiva e as pressões especulativas e de mobilização de capacidades para reduzir os custos e riscos do grande capital.

Adicionalmente, as pressões da dívida sobre o mercado doméstico de capitais exacerba o carácter especulativo do sistema financeiro, particularmente num contexto de elevada concentração

bancária, uma base produtiva afunilada e inconsistência entre as políticas monetária e fiscal. Assim, o sistema financeiro doméstico expande-se em torno do negócio da dívida, da especulação imobiliária e do financiamento de infra-estruturas e serviços em redor do núcleo extractivo da economia, e o capital torna-se escasso e caro para as pequenas e médias empresas, dificultando não só a sua emergência e desenvolvimento mas até a formação de ligações entre estas empresas e os megaprojectos (Castel-Branco, 2014; Massarongo, 2013; Massarongo & Muianga, 2011; Langa, 2015; Mandlate, 2015; Langa & Mandlate, 2013) (Gráfico 9). O endividamento acelerado conduziu, igualmente, à redução do *rating* do crédito soberano de longo prazo de Moçambique de B+ para B, pela Standard & Poor's Rating Service, em 2014, o que torna o acesso a capital externo mais caro.



Finalmente, os cortes nas áreas sociais – saúde, educação, segurança social, saneamento, transportes públicos, etc. – têm impacto directo no acesso e na qualidade dos serviços públicos e criam pressões para privatização e mercantilização de alguns deles. Em paralelo com a crise do sistema público, expandem-se os serviços privados em cada uma destas áreas. Portanto, ao mesmo tempo que se criam dinâmicas económicas e sociais que exacerbam desigualdade e agravam a pobreza, também surgem oportunidades de expansão do modo capitalista de organização social para novas áreas, confinadas às maiores cidades, onde é maior a concentração de grupos sociais de maior rendimento.

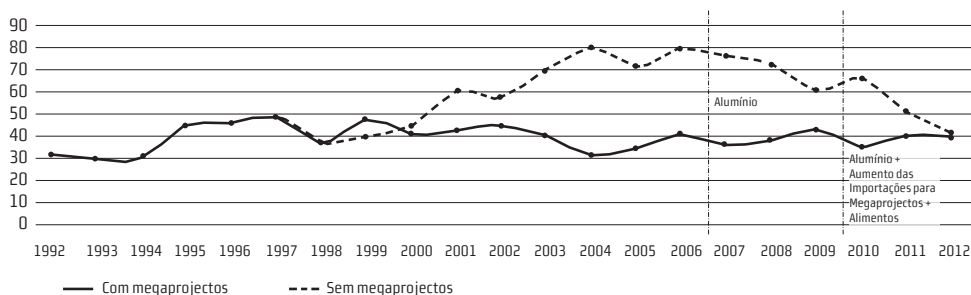
Sexto, estas dinâmicas de acumulação assentam na expectativa criada em torno de fluxos futuros de rendimentos provenientes do complexo mineral-energético, em especial dos hidrocarbonetos. A dívida do presente é justificada em termos do futuro (o governo contrai dívida para garantir a plena inclusão e exploração, no futuro, dos recursos naturais do País) e garantida com base na expectativa dos rendimentos no futuro (os investidores concedem dívida

com a garantia de acesso aos rendimentos dos hidrocarbonetos no futuro). Na prática, este modelo sugere que as opções do futuro estão a ser hipotecadas por decisões do presente que comprometem os hipotéticos fluxos futuros de rendimentos com estratégias económicas que afunilam as oportunidades e possibilidades para futuras gerações e futuros governos. Adicionalmente, há pouca certeza sobre quando tais rendimentos começarão a fluir e em que volume, e quais serão os rendimentos líquidos de facto disponíveis para a economia quando a dívida acumulada começar a ser paga (Melina & Xiong, 2013). O governo tem vindo a «mobilizar» os cidadãos para reduzirem as suas expectativas sobre os benefícios que poderão advir da exploração do complexo extractivo, considerando ser irrealista e, por vezes, até antipatriótico fazer exigências acerca dos benefícios e beneficiados dessa exploração (Chang, 2014; Guebuza, 2004, 2012). Ao mesmo tempo, para atrair capital internacional, IDE ou empréstimos comerciais, o governo aumenta as expectativas dos investidores, garantindo-lhes o acesso, a baixo custo, aos recursos naturais e aos seus rendimentos, alimentando, ou seja, cria um sistema de financiamento do processo de acumulação privada de capital por via da dívida garantida por expectativas.

VULNERABILIDADES: IMPLOÇÃO OU EXPLOÇÃO DA BOLHA?

Quais são os riscos deste tipo de modelo económico? Primeiro, é a vulnerabilidade macroeconómica de uma base produtiva e comercial afunilada, dependente de importações e de capital externo, concentrada em recursos naturais não renováveis e cuja expansão requer uma crescente incorporação de novos recursos, novas expropriações e nova dívida. O Gráfico 10, sobre a taxa de cobertura das importações pelas exportações de Moçambique, ilustra três elementos desta vulnerabilidade, associados ao afunilamento da base produtiva e comercial: o impacto da variação de preços mundiais numa única *commodity*, o alumínio, da inflação importada, parcialmente derivada da incapacidade de substituir importações, em especial de comida, e da intensidade dos megaprojectos em importações. Em vinte anos, desde o fim da guerra, o rácio exportações/importações, excluindo megaprojectos, não mudou significativamente – seria de esperar que a mudança fosse acentuada, pelo menos tendo em conta os dividendos da paz. Entre 2000 e 2006, são os grandes projectos de alumínio e de exploração de gás natural que melhoram este rácio. A partir de 2007, a acentuada queda do preço mundial de alumínio, a subida do preço de combustíveis e de comida e o aumento de importações para outros megaprojectos minerais e energéticos provocam uma significativa redução da capacidade de financiar importações com exportações do País.

GRÁFICO 10: TAXA DE COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS (COM E SEM MEGAPROJECTOS, EXPORTAÇÕES COMO PORCENTAGEM DAS IMPORTAÇÕES)



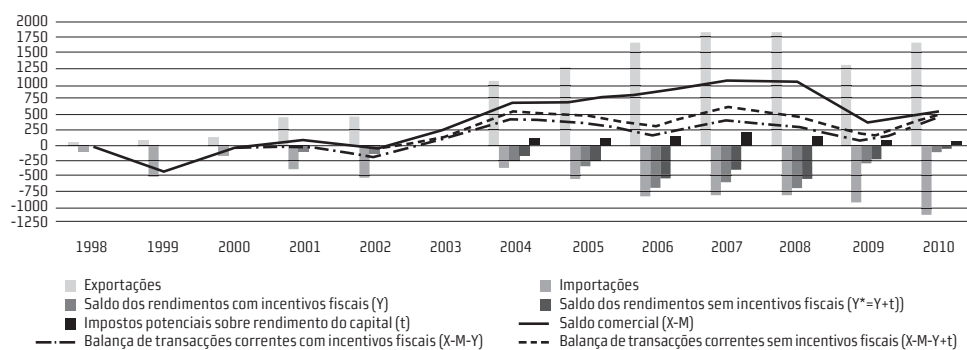
Fonte: BdM (1995-2012, 2003-2010, INE, 1995-2011).

Segundo, no Gráfico 10 a discussão sobre quem paga pelas importações e quem ganha com as exportações é evitada. De facto, o grosso das importações e exportações é feito por empresas que pagam e ganham com o comércio externo. Há empresas que não exportam mas que precisam de importar, porque as matérias-primas, outros insumos, equipamentos e peças não são produzidos localmente. O Estado também importa mas não exporta. A capacidade de financiar as importações dos não-exportadores e dos que estão a emergir depende das reservas criadas com as exportações dos grandes exportadores (como a fundição de alumínio Mozal, que pode exportar mais de um bilião de dólares por ano). As importações que a economia não consegue pagar com exportações constituem dívida. Os grandes exportadores contribuem para a economia na medida da proporção das receitas das suas exportações que a economia retém através de ligações produtivas, da utilização do sistema bancário nacional e, sobretudo, através do sistema fiscal. Dado que as ligações produtivas e fiscais são limitadas, as receitas de exportação são retidas pelas empresas exportadoras, com reduzidos ganhos para a economia como um todo.

O Gráfico 11 mostra a diferença entre o saldo comercial (as exportações menos as importações) e o saldo de transacções correntes [saldo comercial calibrado pelas transferências (repatriamento de lucros e outras)] para dois megaprojetos, Mozal (alumínio) e Sasol (gás natural). O gráfico ilustra, ainda, o potencial fiscal destes projectos se a ociosidade fiscal de que beneficiam fosse eliminada. Enquanto o saldo comercial destas grandes corporações é altamente positivo (pois, no seu pico, 2007, as exportações excederam as importações em cerca de 1,03 biliões USD), o seu saldo de transacções correntes, que reflecte a absorção, na economia nacional, do excedente gerado, é muito menos impressionante (pois em 2007 foram absorvidos na economia apenas 414 milhões USD, sobretudo com salários e custos operacionais dos projectos, e foram transferidos, em forma de repatriamento de lucros, serviços e remunerações diversas, cerca de 616 milhões USD). Aplicando sobre os lucros as tarifas fiscais em vigor para

pequenas e médias empresas nacionais, a economia teria retido cerca 195 milhões USD adicionais e não consignados às despesas dos projectos (portanto, livres para utilização no resto da economia), só em 2007, e teria absorvido, nesse ano, 609 milhões USD em vez de 414 milhões USD. Este exemplo, com apenas dois megaprojetos, ilustra a limitada capacidade de mobilização de recursos dentro da economia, o que é particularmente grave em momentos de rápida expansão ou crise.

GRÁFICO 11: SALDOS COMERCIAL E DE TRANSAÇÕES CORRENTES DA MOZAL E DA SASOL, COM E SEM INCENTIVOS FISCAIS SOBRE RENDIMENTOS DE CAPITAL (MILHÕES USD)



Fonte: BdM (1995-2012).

Terceiro, no contexto de bolha económica, a contínua expansão é fundamental para que a bolha não imploda, mesmo que corra o risco de explodir. Para não implodir, a bolha económica necessita que as expectativas de rápido crescimento e contínua incorporação de novos recursos à disposição do grande capital se mantenham altas. Os riscos de endividamento acelerado, os elevados custos de investimento na logística necessária para operacionalizar a exploração dos recursos, a crise económica internacional, a flutuação dos preços dos hidrocarbonetos, a fraqueza da infra-estrutura e serviços, a escassez de força de trabalho qualificada, a competição de outras regiões e economias com melhores condições de partida, os riscos de retorno ao conflito político-militar e as tensões sociais geradas em torno da reprodução e expansão de uma economia afunilada, extractiva e que depende de expropriação do Estado e da terra, são, entre outros, factores que podem pôr em causa as expectativas e a capacidade de mobilizar novos recursos e de os colocar no mercado. Existe alguma evidência, ainda que circunstancial, de um certo arrefecimento do entusiasmo dos investidores em relação a Moçambique, nomeadamente: a redução do *rating* de Moçambique pela Standard & Poor's Rating Service de B+ para B, em Fevereiro de 2014, devido ao crescimento meteórico da dívida pública; o aumento das transacções especulativas entre multinacionais, em que as que obtiveram concessões grandes vendem uma proporção crescente das suas acções a outras multinacionais, atrasando a

colocação destes recursos em operação produtiva e, ironicamente, levando a que a tributação destas transacções se constitua na única fonte de receita da exploração destes recursos para economia, e uma das principais fontes de receita pública; a reavaliação das expectativas sobre prazos e potencial de rendimento dos hidrocarbonetos e outros recursos naturais no futuro, dada a evolução dos mercados e as dificuldades logísticas e políticas em Moçambique; o sistemático atraso na implementação de projectos de grande dimensão.

O que acontecerá com a bolha se as expectativas forem seriamente abaladas? O desinvestimento fá-la-á implodir até ao ponto em que a economia fique insolvente e a bolha exploda. O recurso a novo endividamento, que se tornará cada vez mais caro, poderá fazer a bolha explodir. A não ser que a economia substitua as importações efectivamente e expanda e diversifique a base de exportações, o aumento do influxo de recursos (IDE ou empréstimos comerciais) pode provocar a explosão da bolha económica.

Quarto, um modelo que dependa da contínua incorporação de novos recursos não renováveis nos mercados, particularmente num contexto de porosidade económica e de maior tendência para a especulação do que para a produção, gera dinâmicas de insustentabilidade intergeracional e ambiental. A médio e longo prazo, as opções económicas, sociais e ambientais podem deteriorar-se, ao mesmo tempo que o País perde o controlo sobre recursos ou tais recursos se esgotam. Passar a crise actual para o futuro, por intermédio da dívida, não só fecha opções futuras como descredibiliza as opções do presente, podendo conduzir à implosão ou à explosão da bolha ou a explosões sociais.

Quinto, a bolha económica tem-se expandido à custa da perda de eficácia da economia em lidar com os problemas da pobreza, do alargamento da base produtiva e da ampliação das oportunidades sociais. A Tabela 2 mostra que a desigualdade da distribuição do rendimento nominal não se tem alterado significativamente, (apesar de, com o Gini em 0,42, ser alta), que a taxa de crescimento da economia tem acelerado e que a inflação média (medida pelo índice de preços ao consumidor, IPC) tem diminuído. No entanto, a percentagem da população a viver em pobreza absoluta não diminuiu, e o número absoluto de pobres aumentou em dois milhões.

TABELA 2: EFICÁCIA RELATIVA DO CRESCIMENTO DO PIB A REDUZIR POBREZA

	De 1996/97 a 2002/03	De 2003/04 a 2009/10	De 1996/97 a 2009/10
Crescimento real acumulado do PIB no período (%) [1]	55	66	156
Redução acumulada da pobreza no período (%) [2]	-15,3	0,6	-14,7
Percentagem da população total vivendo abaixo da linha de pobreza absoluta (%) [3] ⁽¹⁾	69,4	54,1	54,1
	54,7	69,4	54,7
Coefficiente de Gini [4]	0,41	0,42	0,42
Taxa média anual de crescimento real do PIB (usando deflactor oficial) (%) [5]	6,5	7,8	7,2
Taxa média anual de crescimento do PIB <i>per capita</i> (usando deflactor oficial) (%) [6]	4,2	5,5	4,9
Taxa média anual de redução da pobreza (%) [7] ⁽²⁾	-2	0,1	-1
Por quanto o PIB tem de crescer para a pobreza reduzir por uma unidade [8] ⁽³⁾	3,25	-	7,2
O que acontece com a pobreza quando o PIB cresce por uma unidade [9] ⁽⁴⁾	-0,31	0,013	-0,14
Taxa de inflação média anual (%) [10]	8,3	7,8	7,9
Diferencial do IPC de bens alimentares e não alimentares (em pontos percentuais) [11] ⁽⁵⁾	1,6	3,8	2,7
Diferencial dos preços relativos entre bens alimentares e não alimentares (diferencial medido como percentagem do IPC não alimentar) [12] ⁽⁶⁾	21,3	51	36
Taxa média anual de crescimento do PIB deflacionado pelo IPC alimentar (%) [13]	5,4	5,2	5,3
Taxa média anual de crescimento real do PIB <i>per capita</i> (IPC alimentar) (%) [14]	3,1	2,9	3,0

NOTAS:

(1) Em cada célula de dados deste indicador há dois números que mostram a percentagem da população total a viver abaixo da linha da pobreza, no início e no fim do período respectivo. **(2)** Um número negativo mostra que pobreza diminuiu, e um número positivo mostra que a pobreza aumentou. **(3)** A relação entre crescimento do PIB e redução da pobreza, indicador [8] na tabela, é um rácio simples entre a taxa média anual de crescimento do PIB e a taxa média anual de redução da pobreza. Quanto mais alto for este rácio, menos eficaz é a economia a reduzir a pobreza, porque para uma unidade de redução da pobreza o PIB tem de crescer a uma taxa mais alta (ou seja, mais recursos económicos têm de ser gastos para reduzir a pobreza pela mesma unidade). No segundo período de análise, 2003/04 a 2009/10, não é possível calcular este rácio porque a pobreza aumentou, em vez de diminuir. Logo, para qualquer taxa de crescimento, a economia é incapaz de reduzir pobreza. **(4)** Quando o número é negativo, significa que a pobreza diminuiu à medida que a economia cresceu, e quando é positivo mostra que a pobreza cresceu à medida que a economia cresceu. Este indicador é o inverso do anterior, [8]. **(5)** Este indicador mostra a diferença entre o índice de preços ao consumidor (IPC) de bens alimentares e o IPC de bens não alimentares, em termos absolutos. Quanto maior for esta diferença, pior é a distribuição do rendimento real do ponto de vista dos pobres, porque os grupos de menor rendimento gastam uma proporção significativamente maior do seu rendimento em bens alimentares. **(6)** Este indicador é um rácio que estima o diferencial relativo dos dois IPC, dando informação sobre o peso da diferença. Portanto, é o indicador [11] a dividir pelo IPC de bens não alimentares, multiplicado por cem (para o resultado surgir em percentagem). Quanto maior for este valor, maior é a diferença relativa entre o IPC alimentar e o IPC não alimentar.

Fonte: DNEAP, 2010; GdM (2010); INE (1995-2011); Wuyts (2011a).

A taxa média de expansão do PIB real em 2003/04-2009/10 foi superior à do período anterior em 20%, quando o PIB é deflacionado pelo deflador médio, mas inferior, em 4%, quando o PIB real é deflacionado pelo IPC alimentar (indicadores [5] e [13] da Tabela 2). Na mesma linha de argumentação, o PIB real *per capita*, deflacionado pelo IPC alimentar, cresceu a metade da velocidade do deflacionado pelo deflador médio do PIB (indicadores [6] e [14]). A tabela sugere que o aumento do diferencial entre a inflação média e a dos produtos alimentares, com os preços destes a aumentarem significativamente mais depressa do que aquela (49% mais depressa entre 2003/4-2009/10, comparado com 20% no período anterior), é um factor explicativo da perda de capacidade da economia em reduzir pobreza, tal como a crescente mercantilização de serviços públicos básicos como a saúde, educação, transporte, água e saneamento. Dado que o peso de «alimentos» no cabaz de consumo das famílias de menor rendimento é cerca do triplo do das famílias de maiores rendimentos (DNEAP, 2010), este diferencial na dinâmica dos preços entre bens alimentares e IPC médio afecta mais negativamente o poder de compra das famílias de

menor rendimento do que o das famílias de altos rendimentos. Logo, a desigualdade na distribuição do rendimento real deve ter aumentado significativamente, mesmo que o mesmo não aconteça com a distribuição do rendimento nominal (Wuyts, 2011a, 2011b).

Uma economia de natureza extractiva, que expanda como uma bolha, exproprie o Estado, afunile a base produtiva, as oportunidades emprego e o acesso aos benefícios do crescimento económico e mercantilize os serviços públicos básicos gera tensões e vulnerabilidades sociais e políticas que podem pôr em causa o processo de acumulação e fazer a bolha económica implodir ou explodir.

ECONOMIA EXTRACTIVA COMO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO

De onde vêm as tendências para a formação de uma dinâmica de bolha na economia moçambicana? Para entender esta questão, é preciso entender o sistema social de acumulação de capital em Moçambique. A acumulação de capital não se restringe ao crescimento económico e às suas estruturas, mas refere-se à relação dialéctica entre o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, das capacidades, logística, tecnologias e técnicas de produção, e as relações sociais de classe que evoluem com o desenvolvimento das forças produtivas e que estruturam a produção, a distribuição e a utilização do excedente. Portanto, a acumulação capitalista diz respeito à expansão do modo capitalista de produção para todas as esferas da sociedade (Marx, 1976; Luxemburg, 2003).

Marx (*op. cit.*) descreve o processo de acumulação primitiva de capital como nada mais do que a separação dos produtores dos meios de produção. Isto é, acumulação primitiva de capital é um processo social, económico e político que opera duas transformações fundamentais na sociedade: por um lado, os meios sociais essenciais de subsistência e de produção são transformados em capital e, por outro, os produtores directos são transformados em trabalhadores assalariados, separados da posse desses meios sociais de subsistência e produção. Este processo começa com a expropriação da terra e da população agrícola, o controlo das condições de trabalho e de contratação para aumentar lucros remunerando a força de trabalho abaixo do seu custo de subsistência, a reprodução de um exército de desempregados e subempregados disponíveis mas cujos custos de reprodução social são suportados pelos próprios e pelas suas famílias ou por organizações de caridade, e não pelo Estado ou pelo capital. Historicamente, a revolução agrária é uma parte central deste processo de acumulação primitiva devido a quatro factores: (i) a «libertação», ou separação, da força de trabalho em relação à terra e aos meios de produção da sua subsistência, criando as «reservas» de força de trabalho assalariada; (ii) a produção dos meios de subsistência a baixo custo que permitam a reprodução social de força de trabalho barata; (iii) a provisão de um mercado doméstico para a produção industrial emergente e de matérias-primas para a indústria; e (iv) a transformação da terra em capital.

No caso moçambicano, o capitalismo nacional não está a emergir de formas de produção historicamente anteriores ao modo capitalista de produção. O colonialismo encarregou-se de operar essa transição, que conduziu à maciça expropriação da terra e dos recursos a baixo custo; formou o semiproletariado rural dependente dos mercados de trabalho e de bens agrícolas; manteve-o ligado à terra como forma de garantir a sua disponibilidade mesmo remunerado abaixo dos custos sociais de subsistência; criou e reproduziu um sistema de rentabilidade e acumulação com base em mão-de-obra barata e expropriação, a baixo custo, da terra e dos recursos naturais; integrou a economia no sistema capitalista mundial e, de um modo mais geral, subordinou, formal e informalmente, a actividade económica e social aos ditames da acumulação capitalista (O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1981). Na fase actual, historicamente nova é a emergência das classes capitalistas nacionais, numa escala e velocidade sem precedentes na história do País, em aliança com o capital multinacional, por via da expropriação do Estado¹⁷ e dos camponeses, dos artesãos e da pequena e média empresa, bem como através do controlo da apropriação e da utilização do excedente.¹⁸ Portanto, é um processo de «moçambicanização» do capitalismo e de reestruturação do modo de acumulação para o adaptar a condições e objectivos históricos novos.

Assim, o processo contemporâneo de acumulação de capital em Moçambique é, no essencial, idêntico à descrição marxista da história de acumulação primitiva de capital. No entanto, obviamente, contém especificidades próprias do seu contexto histórico.

Primeira, o processo de acumulação capitalista primitiva e a formação das classes capitalistas nacionais ocorrem em condições de subordinação e aliança com o capital multinacional, na sequência de um longo processo histórico que envolveu a reestruturação socialista, centrada no Estado, da economia colonial, ao que se seguiu uma etapa de privatização dos activos, acesso a recursos e poder económico a partir da expropriação do próprio Estado. Um sector

¹⁷ Após a independência nacional, o Estado nacionalizou a terra e os recursos do solo e do subsolo, bem como infra-estruturas e empresas estratégicas e acções abandonadas em empresas que se mantiveram de direito privado. Logo, a formação da burguesia capitalista nacional requer a transferência destes recursos do controlo público para o controlo privado, bem como a privatização dos fluxos de rendas e outros rendimentos que deveriam afluir aos cofres do Estado. Por exemplo, o Estado reserva uma proporção das acções em empresas privadas de hidrocarbonetos para «investidores» nacionais, que não têm capacidade financeira para as realizar. Facilidades fiscais, acesso a terra e a infra-estruturas públicas a baixo custo, entre outros «subsídios» públicos implícitos dados ao capital multinacional, permitem acomodar a participação accionista de novos capitalistas moçambicanos. As parcerias público-privadas (PPP) são formas de usar o investimento público directamente para financiar investimento privado em infra-estruturas e serviços. O acesso privilegiado a recursos (terra e recursos do solo, com florestas, e do subsolo, como minerais e hidrocarbonetos) «equipa» a nova burguesia nacional com meios de negociação com capitalistas multinacionais. Pela Constituição da República, todos estes recursos são do Estado e só devem ser usados no interesse público. Se a formação da burguesia nacional for definida como prioridade do interesse público, então uma capa de legitimidade é dada a este processo de expropriação do Estado para formar a burguesia nacional.

¹⁸ Por razões históricas, em Moçambique «burguesia capitalista» é um termo comumente entendido de forma pejorativa. (Isto é uma das razões por que Guebuza e outros visionários do capitalismo nacional em Moçambique frequentemente discursam sobre o direito, o mérito e a capacidade de ficar rico, e a necessidade de eliminar o medo de ficar rico.) Não é com esse sentido pejorativo que o conceito é usado neste texto, em que apenas tem a função de elemento descritivo e analítico histórico dentro de uma óptica de análise do sistema social de acumulação capitalista.

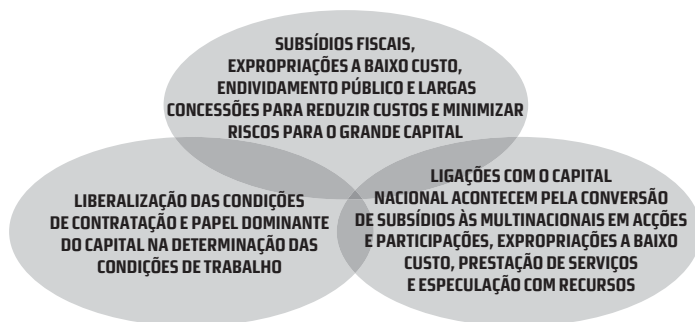
privado proprietário emergiu, mas o processo de acumulação capitalista em larga escala não arrancou. Portanto, a tarefa histórica do processo contemporâneo de acumulação capitalista reside em atrair capital e transformar proprietários nacionais em capitalistas, usando o poder do Estado para o efeito – para garantir a orientação económica, as ligações privadas, a rentabilidade do capital, a comunicação entre capital doméstico e internacional, a expropriação da terra e outros recursos, e a organização e exploração da força de trabalho. O Estado e a burguesia nacional emergente focam-se, por consequência, em três processos fundamentais: atrair grande capital multinacional (garantindo o acesso a recursos a baixo custo e protecção da propriedade e dos rendimentos), garantir um certo grau de ligação entre esse capital e as classes capitalistas domésticas (por via da porosidade económica, que permite às classes capitalistas emergentes participarem na partilha dos lucros sem realizarem, financeiramente, essa participação), e, quando necessário, garantir uma estrutura de rendimento do capital assente na remuneração da força de trabalho abaixo do seu custo de subsistência e reprodução. Isto explica a voracidade por capital e a permanência da porosidade económica, que caracterizam a acção do Estado (Figuras 1A e 1B), bem como o papel do endividamento público (reduzir os custos e riscos do grande capital e manter altas as expectativas de crescimento económico).

FIGURAS 1A E 1B: FOCOS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO E RAZÃO DA VORACIDADE POR CAPITAL E POROSIDADE ECONÓMICA

FIGURA 1A

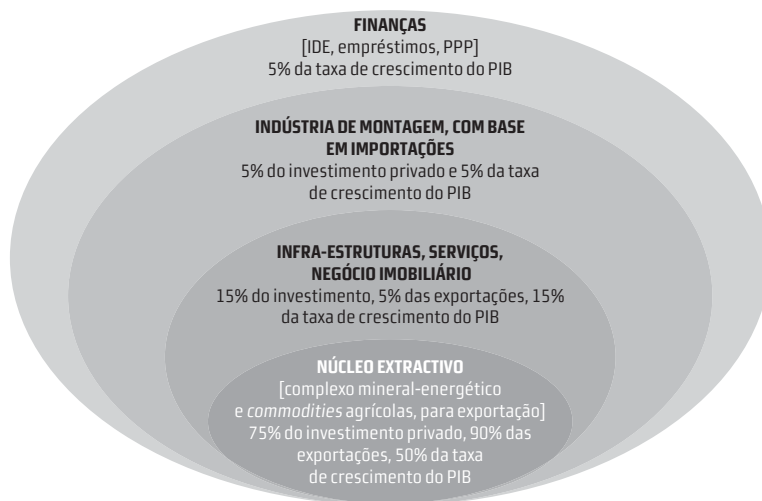


FIGURA 1B



Segunda, na sequência da primeira, o processo de acumulação primitiva de capital em Moçambique ocorre por via da construção de uma economia dominada por um núcleo extractivo, em torno do qual se constrói uma rede de serviços, infra-estruturas e finanças, dependentes de interesses e de impulsos de capital multinacional concentrado em recursos, processos de produção e produtos primários. A porosidade social da economia, uma das formas preferenciais de expropriação social, funciona como mecanismo de comunicação entre o capital doméstico e o internacional, permitindo ao primeiro a expropriação a baixo custo e o controlo dos recursos, bem como o acesso a rendas, lucros e participações. O afunilamento das oportunidades de emprego, a expropriação de recursos, os modos de vida a baixo custo para o capital e a reprodução do emprego assalariado (e outras formas de relação com o mercado de trabalho) remunerado abaixo dos custos sociais de subsistência (ou de reprodução social) da força de trabalho criam pobreza e impedem a generalização do aumento da produtividade à economia como um todo, mas são parte dos mecanismos de maximização e de lucros e rendas da economia extractiva e da sua absorção pelo capital doméstico. A dependência histórica deste processo em relação à capacidade do Estado de continuar a expropriar-se, para alimentar acumulação capitalista, está associada à continuidade da ajuda externa de que o governo moçambicano é receptor, bem como à especulação sobre o futuro, à boa maneira da financeirização, nomeadamente sobre os hipotéticos fluxos futuros de recursos provenientes da exploração das reservas energéticas (Figura 2).

FIGURA 2: ECONOMIA EXTRACTIVA ESQUEMATIZADA



Terceira, diferentemente do processo descrito por Marx (1976), a actual fase de acumulação primitiva de capital em Moçambique não está ligada a uma revolução agrária que liberte força de trabalho, que gira meios de subsistência a baixo custo para manter os trabalhadores baratos e disponíveis e que forme um mercado para produtos industriais. O PARP (Plano de Acção para Redução da Pobreza) 2011-14 e a política agrária de Moçambique (GdM, 2011a, 2011b) enfatizam o papel da transformação agrária por via da produção de *commodities*

para exportação, como parte do processo mais geral de expansão do capitalismo por via da aliança entre capitalistas nacionais e companhias multinacionais, mas não discutem elementos de transformação agrária para além da reprodução e generalização de sistemas de produção já experimentados de monocultura, combinando plantações e pequenos produtores. Pouca atenção é dada ao papel da agricultura na criação do proletariado, e como é que isso será feito. Não emerge um reconhecimento efectivo dos conflitos, contradições e opções entre os diferentes modelos de produção e acumulação, prioridades e interesses, muito menos como lidar com eles (por exemplo, com o problema das expropriações, questões ambientais, reestruturação dos mercados e outros associados ao aumento do número de empresas de grande escala nas zonas rurais). Quarta, em condições de globalização e financeirização do capitalismo, a aliança, ainda que subordinada, com o capital multinacional é fundamental para a formação das classes capitalistas nacionais, com o Estado a jogar o papel de criador das condições para atrair capital internacional, para maximizar as suas rendas e os lucros e para gerar novas oportunidades de negócios em grande escala, pondo os seus recursos, inclusive a sua margem de endividamento, ao serviço da acumulação privada (especialmente na rede de serviços e de infra-estruturas que rodeiam o núcleo extractivo da economia), expropriando e expropriando-se e garantindo a

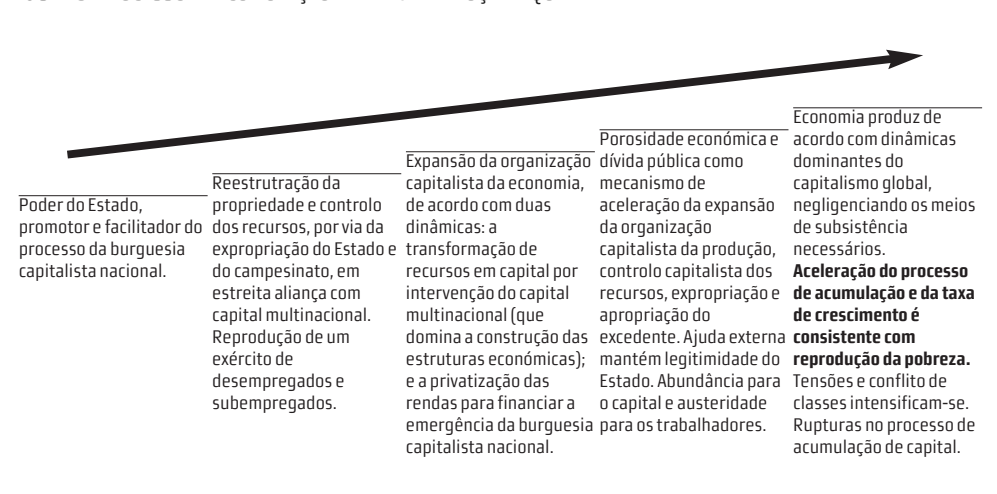
absorção privada do excedente pelo capital doméstico emergente. Ou seja, o governo do Estado moçambicano contemporâneo exerce o papel de «comité de gestão dos negócios comuns de toda a burguesia», mas de uma forma e com uma dimensão mais amplas e interventivas. Este processo não é inteiramente novo na história do capitalismo moderno – por exemplo, na actual crise económica internacional, os Estados das economias capitalistas ocidentais «expropriaram-se» para salvarem o capital financeiro, gerando, em troca, uma crise fiscal que os torna incapazes de prosseguirem políticas económicas e sociais mais amplas e que os leva a imporem medidas draconianas de austeridade sobre o resto da sociedade (Fine, 2007, 2009b, 2012). A diferença, no processo moçambicano, é que a subordinação do Estado ao capital financeiro multinacional é usada para a criação da burguesia capitalista nacional, não apenas para salvar parte dela.

Há, pois, uma tentativa de combinar, por um lado, a generalização das formas de produção capitalistas em grande escala, níveis de investimento sem precedentes na história de Moçambique, maciça expropriação e reassentamento de famílias rurais, em especial nas zonas mineiras, de hidrocarbonetos, florestais e de produção de *commodities*, com, por outro, as formas coloniais de reprodução social da força de trabalho (remuneração abaixo dos custos sociais de subsistência, manutenção das várias formas de produção de subsistência como parte integrante da expansão do modo capitalista de produção).

Este processo socioeconómico é limitado pela rápida expansão do capital, pois coloca pressões sobre a capacidade de autoprodução dos meios de subsistência das famílias. O Estado colonial procurou manter o semiproletariado ligado à terra para o manter barato (O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1981), mas a reprodução de um tal processo pode não ser consistente com a rápida expropriação em curso nas zonas de mais forte penetração do capital multinacional. Se a produção dos meios de subsistência básicos não for garantida, a aceleração da expansão da economia extractiva pode criar mais pobreza.

Portanto, nas condições históricas específicas de Moçambique, a obsessão com a formação da burguesia capitalista nacional, acompanhada pela negligência em relação às condições de subsistência das classes trabalhadoras, é, logicamente, compreensível e pode acelerar, a curto prazo, o processo de acumulação de capital. No entanto, a médio e longo prazo estas dinâmicas poderão conduzir a rupturas fundamentais no processo de desenvolvimento capitalista e no tecido social, quer por via da tensão e do conflito social e político, quer por via do tipo de estrutura produtiva e de distribuição afunilada e porosa que poderá ser reproduzida, e que incorpora factores fundamentais de instabilidade e vulnerabilidade, como veremos mais adiante. A Figura 3 esquematiza este processo económico, social e político de formação das classes capitalistas nacionais em Moçambique.

FIGURA 3: PROCESSO DE ACUMULAÇÃO PRIMITIVA EM MOÇAMBIQUE



CONCLUSÕES

Embora a reprodução da economia extractiva tenha lógica dentro de uma estrutura social de acumulação de capital historicamente específica, um tal caminho é incapaz de tratar dos problemas fundamentais do desenvolvimento alargado e do bem-estar social. Ao invés, a evidência sugere a possibilidade de se estar a formar uma bolha económica sem sustentabilidade para servir de plataforma de desenvolvimento a médio e longo prazo.

Portanto, a economia precisa de uma nova abordagem que modifique as prioridades na alocação de recursos, trave o endividamento, a especulação e a dependência de expansão não sustentável, intensifique a mobilização interna de recursos, aposte na diversificação da base produtiva, na substituição de importações, no alargamento das opções de emprego produtivo com rendimentos reais decentes, na redução dos custos de reprodução social da força de trabalho e na elevação da sua qualidade de vida pela oferta de alimentos e de outros bens e serviços básicos baratos, amplamente disponíveis e variados.

O foco de análise e decisão política e económica deve passar de «recursos» para «problemas a resolver», pois os «recursos» dependem de «problemas a resolver». As economias não são «ricas em recursos», mas «ricas em problemas a resolver». A definição dos «problemas a resolver», com que prioridade e como o fazer é política e reflecte lutas e tensões dentro da sociedade, que é diferenciada. Logo, as mudanças dificilmente poderão acontecer sem a articulação e a confrontação política das expectativas sociais e económicas, em vez da, como é frequentemente sugerido, «gestão, pacificação e redução» dessas expectativas.

A transformação do padrão de acumulação requer mobilidade de recursos. A economia extractiva e a sua porosidade concentram recursos, em especial financeiros, no sistema extractivo e impedem a sua disponibilização e transferência para o desenvolvimento da base alargada da economia. A remuneração do trabalho abaixo dos seus custos sociais de subsistência bloqueia a mobilidade da força de trabalho, a expansão do emprego e o aumento da produtividade. Deste modo, para a economia poder gerar bem-estar para todos, é preciso resolver o problema da porosidade e do custo de subsistência dos trabalhadores.

Para proporcionar a melhoria substancial da qualidade de vida dos grupos sociais de menor rendimento, o padrão de acumulação deve reunir três condições básicas. Primeiro, os custos sociais de subsistência e reprodução da força de trabalho têm de baixar. Segundo, os salários ou outras remunerações do trabalho têm de exceder os custos sociais de subsistência e reprodução da força de trabalho. Terceira, as rendas da especulação financeira, dos recursos e da influência política têm de ser penalizadas (por exemplo, pelo sistema fiscal) e minimizadas. Estas três condições têm de ser replicadas em toda a economia, e não apenas num núcleo dominante e afunilado. Ora, isto é inconsistente com o domínio da economia por um núcleo extractivo e requer um processo de acumulação assente em dinâmicas amplas, diversificadas e articuladas de industrialização, que também visem a satisfação das necessidades de consumo que correspondem aos ritmos, fases e padrões de acumulação.

Naturalmente, estas lutas, debates e questões são sociais e políticas e não apenas financeiras e económicas, pois afectam a produção, a apropriação, o controlo e a utilização do excedente e, em última análise, as relações sociais e de poder. Logo, as questões que vêm à mente, ao discutir mudança e transformação e a consistência entre o curto e o longo prazo, são: De que base social e em que condições históricas emergem e se tornam influentes, senão mesmo dominantes, os interesses de mudança? Como é que estes se articulam e definem as prioridades em torno de problemas a resolver? E como os abordar? O ponto de partida para estas acções pode estar ligado à promoção das expectativas da sociedade sobre os actuais padrões de desenvolvimento. O discurso público enfatiza a necessidade de gerir as expectativas em torno do sistema extractivo, querendo dizer que as expectativas das comunidades e dos cidadãos devem ser reduzidas, adiadas ou abandonadas, para dar lugar a que as expectativas do capital se possam concretizar a curto prazo ou, pelo menos, possam ser elevadas e mantidas para atrair mais capital. No discurso público oficial e dominante, a aceleração do retorno financeiro para os accionistas das empresas do sistema extractivo é muito mais relevante do que a criação de emprego decente, a produção de comida a baixo custo, a diversificação articulada da base produtiva, a industrialização local, a protecção ambiental e o desenvolvimento de novos modos de vida para os expropriados. Assim, a energia de mudança não pode vir do bloqueio das expectativas das comunidades e cidadãos. Pelo contrário, deverá emergir da articulação política dessas expectativas como agenda de luta social.

REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2013). Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique? In L. de Brito *et. al.* (eds.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Arndt, C. & Tarp, F. (eds.) (2009). *Taxation in a Low-Income Economy: the Case of Mozambique*. New York: Routledge.
- BdM (Banco de Moçambique) (1995-2013). *Relatório Anual*. Maputo: Banco de Moçambique.
- BdM (2003-2013). *Balança de Pagamentos*. Maputo: Banco de Moçambique.
- Castel-Branco, C. (2002a). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: the Case of Mozambique*. Unpublished PhD Thesis. Univ. of London, London.
- Castel-Branco, C. (2002b). *Economic Linkages between Mozambique and South Africa* (Research Report).
- Castel-Branco, C. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2012). «Paradoxos» da Economia de Moçambique – modo de acumulação extractivo como método de explicação. Apresentação para a Academia de Ciências de Moçambique (Julho). Maputo.
- Castel-Branco, C. (2013). Economia extractiva e desafios de industrialização: para além de rendas dos recursos naturais. Comunicação apresentada na Conferência Internacional sobre a Governação da Economia Extractiva, *Recursos Naturais: Bênção ou Maldição?* Organizada pela IBIS, Maio. Maputo.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*. 41(1), Outubro de 2014, S26-S48. DOI:10.1080/03056244.2014.976363.
- Castel-Branco, C. & Goldin, N. (2003). *Impacts of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy*. Relatório apresentado à Mozal. Maputo.
- Chang, H.-J. (1996). *The Political Economy of Industrial Policy*. London & New York: MacMillan.
- Chang, M. (2014). Respostas do ministro das Finanças da República de Moçambique, Manuel Chang, às perguntas dos deputados da Assembleia da República, 6 de Março. Maputo.
- CEA (Centro de Estudos Africanos). (1979a). *Os Mineiros Moçambicanos na África do Sul*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- CEA. (1979b). *O Desemprego e a Sua Ligação com o Campo*. Maputo: UEM.
- CPI (Centro de Promoção de Investimento) (s.d). *Base de Dados do Investimento Privado Aprovado, 1990-2012*. Maputo: CPI.

- Cramer, C., Oya, C. & Sender, J. (2008). Lifting the blinkers: a new view of power, diversity and poverty in Mozambican rural labour markets. *Journal of Modern African Studies*, 46 (3), 361-392.
- Di John, J. (2010). The political economy of taxation and resource mobilization in Sub-Saharan Africa. In V. Padayachee (ed.), *The Political Economy of Africa*. New York: Routledge.
- DNEAP (Direcção Nacional de Estudos e Análise de Política) (2009). *Quadro Macro Revisto para Proposta do Cenário Fiscal de Médio Prazo*, Junho.
- DNEAP (2010). *Terceira Avaliação da Pobreza: Análise e Resultados Principais*. Apresentação em PowerPoint.
- Egan, P. D. & Soos, P. (2014). *Bubble Economics: Australian Land Speculation 1830-2013*. UK: World Economics Association.
- Fine, B. (2007). Financialisation, poverty, and marxist political economy. Comunicação apresentada na Conferência *Poverty and Capital*, 2-4 de Julho. University of Manchester. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/5685/1/brooks.pdf>.
- Fine, B. (2009a). *Financialisation, the Value of Labour Power, the Degree of Separation, and Exploitation by Banking*. SOAS Research Students, Summer Seminar Series, 30 de Abril. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/7480>.
- Fine, B. (2009b). Financialisation and social policy. Comunicação na Conferência *Social and Political Dimensions of the Global Crisis: Implications for Developing Countries*, 12-13 de Novembro. Geneva: UNRISD. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/7984>.
- Fine, B. (2009c). Looking at the crisis through Marx. *International Socialist Review*, 64. Março-Abril, 40-47.
- Fine, B. (2012). Neoliberalism in retrospect? It's financialization, stupid. In C. Kyung-Sup, B. Fine & L. Weiss (eds.), *Developmental Politics in Transition: the Neoliberal Era and Beyond*. London: Palgrave MacMillan.
- Fine, B., Lapavistas, C. & Pincus, J. (eds.) (2001). *Development Policy in the Twenty-first Century: Beyond the post-Washington Consensus*. London and New York: Routledge.
- Fine, B. & Rustomjee, Z. (1996). *The Political Economy of South Africa: from Minerals-Energy Complex to Industrialization*. London: Westview Press.
- FMI (Fundo Monetário Internacional) (2007). *Republic of Mozambique Debt Sustainability Analysis*. Washington DC.
- FMI (2008). *Republic of Mozambique Debt Sustainability Analysis*. Washington DC.
- FMI (2013). Republic of Mozambique. *IMF Staff Report for the 2013 Article IV Consultation. Report 13/200*, Julho.
- GdM (Governo de Moçambique). (1975-1994). *Anuário Estatístico*. Maputo.
- GdM (2000-2012). *Conta Geral do Estado*. Maputo.
- GdM (1999-2014). *Relatórios de Dívida*. Maputo.

- GdM (2010). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Maputo.
- GdM (2011). *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Aprovado na 15.^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros. Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM (2013). *Republic of Mozambique: Letter of Intent, Memorandum of Economic and Financial Policies, and Technical Memorandum of Understanding*. Maputo.
- Guebuza, A. (2004). Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos. *Domingo*, 28 de Novembro de 2004, 20-21.
- Guebuza, A. (2012). Informação anual do chefe do Estado à Assembleia da República sobre a situação geral da Nação, 21 de Dezembro.
- Hartcher, P. (2005). *Bubble Man: Alan Greenspan & The Missing 7 Trillion Dollars*. Melbourne, Victoria: Black Inc.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (1990-2011). *Anuário Estatístico*. Maputo.
- Islam, R. & Kinyondo, B. (2014). In quest of inclusive growth: exploring the nexus between economic growth, employment, and poverty in Tanzania. *REPOA Special Paper*, 14/2.
- Langa, E. (2015). «Ligações Minadas»: o caso dos fornecedores nacionais da Vale e Rio Tinto em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Langa, E. & Mandlate, O. (2013). Questões à volta de ligações a montante com a Mozal. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Louçã, F. & Mortágua, M. (2012). *A Dívidadura: Portugal na Crise do Euro*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Luxemburg, R. (2003). *The Accumulation of Capital*. New York: Routledge.
- Machel, M. (2011). O duplo papel do governo na migração da radiodifusão do analógico para o digital: um negócio da China para a família Guebuza. *CIP Newsletter*, 11, 1-5.
- Machel, M. (2012). Alianças com selo de tráfico de influências e conflitos de interesses. *CIP Newsletter*, 13, 10-16.
- Mandlate, O. (2015). Capacitação das empresas nacionais e conteúdo local de megaprojectos em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Marx, K. (1976). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 1. London: Penguin Classics.
- Massarongo, F. (2010). A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa para o financiamento do défice orçamental? *Boletim IDELAS*, 30, Junho. Maputo: IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf (consultado a 12 de Junho de 2013).

- Massarongo, F. (2013). Porque é que os bancos privados não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique? Reflexões. In L. de Brito *et. al.* (eds.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. & Muianga, C. (2011). Financiamento do Estado com recurso à dívida – problemas e desafios. In L. de Brito *et. al.* (eds.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE. pp. 161-184.
- Massingue, N. & Muianga, C. (2013). Tendências e padrões de investimento privado em Moçambique: questões para análise. In L. de Brito *et. al.* (eds.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Melina, G & Xiong, Y. (2013). Natural gas, public investment and debt sustainability in Mozambique. *IMF Working Paper*, 13/261, Novembro.
- Nhachote, L. (2010). Indústria de mineração atrai várias figuras da nomenclatura dominante. *CIP Newsletter*, 6, Junho. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 6-7.
- O’Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, Maputo: CEA/UEM, 9-32.
- O’Laughlin, B. & Ibraímo, Y. (2013). A expansão da produção de açúcar e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude. *Cadernos IESE*. Maputo: IESE.
- Ossemame, R. (2010). Quadro de análise da sustentabilidade da dívida nos países de baixo rendimento: o caso de Moçambique. In L. de Brito *et. al.* (eds.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE. pp. 111-128.
- Ossemame, R. (2011). Desafios de expansão das receitas fiscais. In L. de Brito *et. al.* (eds.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE. pp. 133-160.
- Ossemame, R. (2012). Será a ITIEM relevante para melhorar a gestão dos recursos minerais? Uma análise crítica da experiência. In L. de Brito *et. al.* (eds.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. pp. 145-164.
- Oya, C. (2012). Crise global, crescimento e desafios para Moçambique e sua estratégia de desenvolvimento. In L. de Brito *et. al.* (eds.), *Desafios para Moçambique 2012* (pp. 387-410). Maputo: IESE.
- Rame, X., Masha, I., Moretti, D., Palacio, E., Palmeira, D., Aristizabal, J., & Pamuksuz, S. (2015). *Republic of Mozambique Fiscal Transparency Evaluation*. IMF Country Report 15/32, Fevereiro.
- Sender, J., Oya, C. & Cramer, C. (2006). Women working for wages: putting flesh on the bones of a rural labour market survey in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 32(2), 313-333.
- The Oakland Institute. (2011). Understanding land investment deals in Africa: Mozambique. Country Report. The Oakland Institute. Disponível em:

- http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_country_report_mozambique_0.pdf (consultado a 26 de Março de 2014).
- World Bank (1981). *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa. An Agenda for Action*. Washington DC: World Bank.
- World Bank (1984). *Towards Sustained Development in Sub-Saharan Africa*. Washington DC: World Bank.
- World Bank (1989). *Sub-Saharan Africa: from Crisis to Sustainable Growth*. Washington DC: Oxford University Press.
- World Bank (1994). *Adjustment in Africa: Reforms, Results, and the Road Ahead*. Washington DC: Oxford University Press.
- World Bank (1996). *Moçambique: Avaliação do Impacto e Eficiência do Programa de Reestruturação de Empresas*. Washington DC: World Bank.
- World Bank (2014). *Mozambique Economic Update*, Janeiro. Maputo.
- Wuyts, M. (1981). Camponeses e economia rural em Moçambique. *Relatório 81/8*. Maputo: CEA (Centro de Estudos Africanos).
- Wuyts, M. (2011a). Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *Boletim IDELAS*, 35. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?_target_=publications_ideias.
- Wuyts, M. (2011b). The working poor – a macro perspective. Valedictory Address as Professor of Applied Quantitative Economics delivered on Thursday 8 December, 2011 at The Institute of Social Studies, The Hague, The Netherlands.
- Wuyts, M. & Kilama, B. (2014a). Economic transformation in Tanzania: vicious or virtuous circle? *REPOA Working Paper*, 14/4.
- Wuyts, M. & Kilama, B. (2014b). The changing economy of Tanzania: patterns of accumulation and structural change. *REPOA Working Paper*, 14/3.

